

Diário do Legislativo de 09/07/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Arlen Santiago (PTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

4) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Alberto Bejani

5) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

6) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PP)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Dalmo BPSP Vice-Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado PMDB
Leonardo
Quintão

Deputada Jô Bloco
Moraes PT/PCdoB

Deputado Chico PMDB
Rafael

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado João Bittar PL

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB
Carvalho

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado Zé Maia BPSP

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PCdo
B

Deputado Olinto BPSP
Godinho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado José PMDB
Henrique

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado André Bloco PT/PCdoB
Quintão

Deputado Fábio Avelar BPSP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Sebastião Navarro Vieira

Deputado Durval Bloco Vice-Presidente
Ângelo PT/PCdoB

Deputado PFL
Gustavo Valadares

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputado Paulo PP
Piau

Deputado PMDB
Gilberto Abramo

Deputado PL
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco PT/PCdoB
Prado

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Dinis PL
Pinheiro

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EDO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSP Presidente
Pacífico

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar BPSP

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco Presidente
Ângelo PT/PCdoB

Deputado Roberto PL Vice-Presidente
Ramos

Deputado Mauro BPSP
Lobo

Deputado Roberto Bloco
Carvalho PT/PCdoB

Deputado Célio PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Bloco PT/PCdoB
Campos

Deputado Alberto PL
Bejani

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Ricardo Bloco PT/PCdoB
Duarte

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco
Prado PT/PCdo
B

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Gustavo PFL
Valadares

Deputado Alberto PL
Bejani

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PCdoB
Lara

Deputado Arlen BPSP
Santiago

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano BPSP Presidente
Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PCdoB

Deputado José PMDB
Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Rogério Bloco PT/PCdoB
Correia

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente
José Haueisen PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado José PL
Milton

Deputado Fábio BPSP
Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente
Quintão PT/PCdo
B

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Mauro BPSB
Lobo

Deputado João PL
Bittar

Deputado PMDB
Leonardo Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputado Lúcia Pacífico BPSB

Deputada Olinto Godinho BPSB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente
João PT/PCdo
B

Deputado Luiz BPSB
Humberto Carneiro

Deputado Alencar BPSB
da Silveira Jr.

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB
Haueisen

Deputada Ana Maria BPSB

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Bonifácio BPSP
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSP Presidente
Olívia

Deputado Antônio PL Vice-Presidente
Genaro

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Bloco
Laudelino Augusto PT/PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Durval Bloco PT/PCdoB
Ângelo

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Bloco Presidente
Duarte PT/PCdoB

Deputado Fahim BPSP Vice-Presidente
Sawan

Deputado Neider BPSP
Moreira

Deputado Doutor PFL
Viana

Deputado João PL
Bittar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco PT/PCdoB
Simões

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Alberto PL
Bejani

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - segundas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Sargento
Rodrigues

Deputado Alberto PL Vice-Presidente
Bejani

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Rogério Bloco
Correia PT/PCdoB

Deputado PL
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PCdoB

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputada Marília Bloco Vice-Presidente
Campos PT/PCdoB

Deputado Ana BPSP
Maria

Deputado Pinduca PP
Ferreira

Deputado André Bloco
Quintão PT/PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa PL

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Paulo César PFL

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB
Hauelsen

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado PMDB Vice-Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Bloco
Laudelino Augusto PT/PCdo
B

Deputado Sidinho PL
do Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo César PFL

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB
Ferramenta

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado Elmiro PFL Vice-Presidente
Nascimento

Deputado Paulo PFL
César

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

*Ana Maria

André Quintão Silva (PT)

*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PL)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PFL)

* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PL)

* Irani Barbosa

Ivaír Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivaír Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PL)

* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

José Alves Viana (PFL)

* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PSDB)

* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PMDB)

* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PTB)

* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PSDB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PL)

* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PCdoB)

* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PSDB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PFL)

* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PP)

* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PL)

* Rêmolo Aloise

Ricardo Duarte (PT)

* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PL)

* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PDT)

* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PL)

* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

*Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

*Weliton Prado

Em 7/7/2003

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE EM 8/7/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - Destinação da reunião - Leitura da mensagem governamental - Declaração de instalação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à instalação da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 15ª Legislatura.

Leitura da Mensagem Governamental

- O Deputado Antônio Andrade, 1º-Secretário, lê a Mensagem nº 84/2003, do Governador do Estado, que foi publicada na edição do dia 8/7/2003.

Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir de pé ao ato solene de instalação desta sessão.

Declaro instalada a 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 15ª Legislatura.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanessa Lucas, Márcio Passos e Gilberto Abramo (substituindo este ao Deputado Adalcleber Lopes, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Vanessa Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o Relatório Final e comunica o recebimento de ofício do Ministro da Previdência e Assistência Social, publicado em 22/5/2003, e solicita à assessoria que disponibilize aos membros presentes a cópia da relação dos ofícios encaminhados pelas Prefeituras para conhecimento. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Após discussão e votação, é aprovado o Relatório Final da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência suspende a reunião para a elaboração da ata. Reabertos os trabalhos, é aprovada a ata da reunião. Na oportunidade, a Presidente agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2003.

Vanessa Lucas, Presidente - Gilberto Abramo - Márcio Passos.

ATA DA 13ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social, em 17/6/2003

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Célio Moreira e as Deputadas Ana Maria e Marília Campos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 652, 692, 702 e 711/2003 (Deputado Célio Moreira); 698/2003 (Deputado André Quintão); 589, 660 e 699/2003 (Deputado Pinduca Ferreira); 594, 703 e 714/2003 (Deputada Marília Campos); 485 e 656/2003 (Deputada Ana Maria). Passa-se à 1ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 319/2003 (relatora: Deputada Marília Campos, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 250, 312, 401, 453, 502, 551, este com a Emenda nº 1, 557 e 591/2003 (relator: Deputado Célio Moreira); 333, 343, 444, 503, 504, 533, 564 e 593/2003 (relatora: Deputada Marília Campos); 416, 445, 486, este com a Emenda nº 1, 505, 515, 526, 546, 596 e 626/2003 (relatora: Deputada Ana Maria); 490, 549 e 569/2003 (relator: Deputado Pinduca Ferreira); 497 e 527/2003, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado André Quintão). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 807 e 812/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Marília Campos, em que solicita ao Presidente da UTRAMIG o envio do balanço dessa Fundação referente ao ano de 2002. O Deputado Célio Moreira transfere a Presidência à Deputada Marília Campos e apresenta os seguintes requerimentos, que são colocados em votação e aprovados: em que solicita sejam encaminhados ofícios ao Gerente-Executivo do IBAMA-MG, ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e ao Chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, manifestando o apoio desta Assembléia a uma política de integração entre o órgão de defesa do meio ambiente e os mineradores que atuam nas cidades de Pains, Arcos, Iguatama, Córrego Fundo, Doresópolis e região; em que pleiteia sejam solicitados aos órgãos mencionados no requerimento anterior a avaliação de sugestões apresentadas pelo Presidente da AMPAR, em relação à política de fiscalização das atividades mineradoras nos referidos municípios; em que solicita seja realizada audiência pública para discutir medidas de proteção aos portadores de hemoglobinopatias e coagulopatias. Reassumindo a direção dos trabalhos, o Presidente acusa o recebimento de requerimento do Deputado Chico Simões, em que solicita a realização de reunião para colher informações e esclarecimentos acerca das condições de trabalho nas empresas do Grupo Rima, no Norte de Minas, a ser apreciado posteriormente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003.

Célio Moreira, Presidente - André Quintão - Ricardo Duarte.

ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública, em 17/6/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jô Moraes, Dalmo Ribeiro Silva, Dinis Pinheiro e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Leonardo Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios do Deputado Durval Ângelo, encaminhando documentação remetida pelo Secretário Adjunto de Direitos Humanos, contendo denúncia contra o Prefeito Municipal de Caranaíba; da Diretora da Associação Profissional dos Docentes da UFMG, encaminhando o texto "Extinção do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - A Verdadeira Intenção da Reforma"; da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Presidente do IPSEMG, publicado em 12/6/2003; dos Srs. Antônio Augusto Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, encaminhando a Representação nº 1.309/2003; Garibaldi Carpaneda e Cairo Gomes Vieira, Presidente e 1º-Secretário da Câmara Municipal de Araguari, respectivamente, publicado em 14/6/2003. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei Complementar nºs 2/2003, no 2º turno, e 4/2003, no 1º turno (Deputada Jô Moraes); Projetos de Lei nºs 9/2003, em 2º turno (Deputado Chico Rafael); 19/2003, em 1º turno, e 724/2003 (Deputado Domingos Sávio); 96/2003, em 2º turno, e 126/2003, em 1º turno (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 1ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno, do Projeto de Lei nº 9/2003 (redistribuído ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 21/2003 (relator: Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 2ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 688, 701, 705, 713, 714, 755, 775, 818 e 865/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o impasse entre a CEF e a CEMIG sobre o contrato que prevê o pagamento das contas de luz nas agências da CEF e nas casas lotéricas e seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Fiscalização Financeira para apreciar o Projeto de Lei nº 724/2003; do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Segurança Pública para discutir o Programa de Incentivo à formação de Bombeiros Voluntários, também denominado Programa Brigada Voluntária de Incêndio, com os convidados que menciona. Retirado de pauta, a requerimento da Deputada Jô Moraes, requerimento da Deputada Vanessa Lucas em que solicita seja convidado o Prefeito Municipal de Ipatinga a expor sobre a reforma administrativa implantada naquele município. Adiada a votação do requerimento do Deputado Domingos Sávio, que solicita audiências públicas para discussão dos Projetos da Reforma Administrativa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Leonardo Quintão - Carlos Pimenta - Jô Moraes.

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Ana Maria, Dalmo Ribeiro Silva, Leonídio Bouças e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Weliton Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento de informação técnica da Consultoria Temática que trata da reivindicação do Movimento Estudantil Nacional Unificado; relatório da Consultoria Temática sobre a primeira reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Administração Pública; ofícios do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da PUC Minas, encaminhando o boletim estatístico do ano de 2001; da Assessora Especial do Ministro da Educação, encaminhando resposta ao Requerimento nº 184/2003, e do Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, encaminhando documentação relativa à situação da Escola Estadual Jardim Ipê. O Presidente comunica que designou o Deputado Leonídio Bouças para relatar, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 86/2003; a Deputada Ana Maria e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Weliton Prado para relatar, em turno único, respectivamente, os Projetos de Lei nºs 257, 653 e 710/2003; e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para relatar, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 585/2003. O Presidente, por motivo de força maior, transfere a direção dos trabalhos à Deputada Ana Maria e retira-se do recinto. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2003 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Leonídio Bouças). O Projeto de Lei nº 80/2003, a requerimento da relatora Deputada Ana Maria, foi convertido em diligência ao Presidente da ADEMG e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, para que manifestem a oportunidade e a conveniência da proposição. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 387, 405 e 559/2003 (relatora: Deputada Ana Maria); 394 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e 558/2003 (relator: Deputado Weliton Prado); 408, 448 e 560/2003, este com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 506/2003 (relator: Deputado Leonídio Bouças), que receberam parecer pela aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 751, 752, 754, 771, 773, 802, 804, 805, 835, 861, 863, 864, 867 e 868/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Miguel Martini, solicitando seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para debater os problemas e desafios da educação e da assistência social na rede conveniada de atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias de Belo Horizonte; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja realizada reunião em Ouro Fino para debater as propostas da reforma administrativa do Estado relativas aos servidores da educação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovadas as redações finais dos Projetos de Lei nºs 189, 239, 260, 262, 282, 286, 415, 459 e 460/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2003.

Adalclever Lopes, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Leonídio Bouças - Maria Tereza Lara.

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública, em 24/6/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jô Moraes, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Jô Moraes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 24/2003 (Deputado Domingos Sávio); Projetos de Lei nºs 133/2003 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 279/2003 (Deputada Jô Moraes). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, na forma do vencido no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 2/2003 (relatora: Deputada Jô Moraes). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 19/2003, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Domingos Sávio. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os projetos da reforma administrativa do Estado, distribuídos a esta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Leonardo Quintão - Dalmo Ribeiro Silva - Carlos Pimenta.

ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 25/6/2003

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria José Haueisen e os Deputados Fábio Avelar e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Olinto Godinho. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Olinto Godinho, em que solicita seja enviado ofício ao Presidente do COPAM solicitando a suspensão, pelo prazo de 30 dias, do processo de licenciamento do empreendimento denominado Aterro Sanitário Municipal, em Matozinhos, para que seja realizada audiência pública no local, solicita, ainda, seja retirado da pauta da reunião daquele colegiado o processo do dia 27/6/2003; e Miguel Martini, em que solicita seja realizada reunião, para debater em audiência pública desta Comissão em conjunto com a Assembléia Legislativa de Goiás, para debater a preservação e desenvolvimento sustentável do Grande Lago. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2003.

Doutor Ronaldo, Presidente - Weliton Prado - Márcio Passos.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 26/6/2003

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Sebastião

Soares e Bráulio Henrique Diniz, Presidente e Vice-Presidente da FESAFEMG; e das Câmaras Municipais de São Gonçalo do Pará e Muriaé, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 24/6/2003. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 126/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva (relator: Deputado Carlos Pimenta). É concedido ao relator prazo até a reunião seguinte para nova redação. O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 24/2003, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado Domingos Sávio. O Projeto de Lei nº 722/2003 é retirado da pauta por determinação do Presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, no dia 27/6/2003, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Carlos Pimenta - Leonardo Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 26/6/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Dinis Pinheiro e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Alberto Pinto Coelho, Alencar da Silveira Jr., Antônio Júlio, Chico Simões, Doutor Viana, Laudelino Augusto, Marília Campos, Miguel Martini, Paulo Piau, Rêmoló Aloise, Roberto Ramos, Rogério Correia, Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater com os convidados as seguintes proposições: Projetos de Lei Complementar nºs 26 a 28/2003; Projetos de Lei nºs 716 a 719 e 19/2003, todas de autoria do Governador do Estado. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre as referidas proposições. Registra-se a presença dos Srs. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Planejamento e Gestão, José Bonifácio Borges de Andrada, Procurador-Geral do Estado, Renato Barros, Diretor da Coordenação Intersindical dos Servidores Públicos, Bráulio Henrique Diniz, Vice-Presidente da Federação Sindical das Autarquias e Fundações de Minas Gerais, e Antônio de Pádua Silva, Presidente do SINDIFISCO, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento, tece suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Carlos Pimenta - Leonardo Quintão - José Henrique - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 1º/7/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, Gilberto Abramo e Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jayro Lessa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. H. Sollero, Diretor-Presidente da Sermas Ltda.; Carlos Eduardo Valadares Araújo, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Cultura, e Isabel Cristina Mendes, Secretária Municipal de Saúde de Heliódora, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 27/6/2003; e Riva, Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso; Ambrósio Pereira Almeida, Prefeito Municipal de Icaraí de Minas e Tarcísio Augusto Viana, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 28/6/2003. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência faz retirar da pauta os Projetos de Lei Complementar nºs 26 e 28/2003 e os Projetos de Lei nºs 304, 717, 718, 719 e 722/2003, por não cumprirem pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ermano Batista, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 720/2003 no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado José Henrique. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2003.

Ermano Batista, Presidente - Jayro Lessa - Sebastião Helvécio - José Henrique.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária em 9/7/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2003, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso III do art. 25, do art. 31, do § 11 do art. 39, da alínea "e" do inciso I do art. 125 e dos incisos I e II do art. 290; revoga os incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 31, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 32, acrescenta inciso V ao § 11 do art. 14, parágrafo único ao art. 32 da Constituição e acrescenta os arts. 113 a 117 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 26/2003, do Governador do Estado, que disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho de servidor público estável ocupante de cargo de provimento efetivo ou detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2003, do Governador do Estado, que institui o Afastamento Voluntário Incentivado - AVI - no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2003, do Governador do Estado, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 718/2003, do Governador do Estado, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 9/7/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 9/7/2003, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2003, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso III do art. 25, do art. 31, do § 11 do art. 39, da alínea "e" do inciso I do art. 125 e dos incisos I e II do art. 290; revoga os incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 31, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 32, acrescenta inciso V ao § 11 do art. 14, parágrafo único ao art. 32 da Constituição e acrescenta os arts. 113 a 117 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; dos Projetos de Lei Complementar nºs 26/2003, do Governador do Estado, que disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho de servidor público estável ocupante de cargo de provimento efetivo ou detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências; 27/2003, do Governador do Estado, que institui o Afastamento Voluntário Incentivado - AVI - no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências; e 28/2003, do Governador do Estado, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e do Projeto de Lei nº 718/2003, do Governador do Estado, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de julho de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/7/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 25/2003, do Governador do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 668, 716 a 719, 721, 782 e 788/2003, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Ermano Batista, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/7/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 721, 782 e 788/2003, do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Vanessa Lucas, Antônio Júlio, Dimas Fabiano e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/7/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 721/2003.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003.

Sebastião Navarro Vieri, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/7/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 25 a 28/2003, do Governador do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 668, 716 a 719, 721, 782 e 788/2003, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 26/2003

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei complementar em epígrafe disciplina a perda de cargo público e de função pública, por insuficiência de desempenho, de servidor público estável ocupante de cargo de provimento efetivo ou detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou.

Posteriormente, a Comissão de Administração Pública manifestou-se pela aprovação da proposição, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para ser analisada nos lindes de sua competência.

Fundamentação

Não há, no projeto de lei em exame, dispositivo específico que contenha previsão de acréscimo ou de redução de gastos públicos, com valores previamente definidos. Esse fato, a princípio, poderia indicar a inexistência de repercussão financeira a ser analisada, como determina o Regimento Interno da Casa, quando dispõe sobre as competências desta Comissão.

No entanto, é necessário ressaltar que a repercussão econômica de uma proposição legislativa pode, em determinadas ocasiões, advir da própria aplicação dos mecanismos previstos na lei. Nesse sentido, torna-se relevante o exame do Projeto de Lei Complementar n.º 26/2003, nesta Comissão, especialmente nos aspectos que se relacionam com o ganho de eficácia na realização das despesas públicas.

A moderna administração pública apresenta, como princípios, adotados inclusive no texto da Constituição brasileira, a eficácia e a responsabilidade no trato com o bem comum. A avaliação de desempenho e a eventual exclusão do servidor que se mostre claramente

inadaptado para o serviço público, após um processo em que lhe seja conferido o amplo direito de defesa, configura um elemento desse contexto administrativo, no qual o atendimento à população constitui o objetivo primordial da atuação do Estado.

É certo, devemos ressaltar, que o servidor ineficiente ou relapso constitui uma pequena minoria no serviço público. A maior parte dos servidores são esforçados e dedicados, e, muitas vezes, prestam seus serviços sob condições salariais e materiais adversas. Entretanto, o projeto de lei em exame, ao regulamentar o processo de exclusão do serviço público daqueles que não apresentam desempenho satisfatório, constitui um importante instrumento para o aprimoramento da qualidade do gasto público, fato que tem repercussões econômicas e financeiras positivas, embora de difícil mensuração.

Assim, ao examinarmos a proposição ora em tramitação nesta Comissão, devemos ressaltar a sua repercussão positiva para a melhor qualidade do serviço público estadual, do que resulta a nossa opinião favorável à matéria, nos limites da nossa competência regimentalmente definida.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 26/2003, na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 1. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003.

Ermano Batista, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - José Henrique - Chico Simões - Jayro Lessa - Gil Pereira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 27/2003

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei complementar em pauta institui o Afastamento Voluntário Incentivado - AVI - no âmbito da administração estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Administração Pública, que opinou por sua aprovação.

Cabe, agora, a esta Comissão elaborar parecer, nos termos regimentais.

Fundamentação

A proposição sob comento institui o Afastamento Voluntário Incentivado - AVI - a ser concedido aos servidores efetivos e detentores de função pública, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Pelo projeto em exame, a administração pública pode conceder ao servidor afastamento de seu cargo ou função pelo período de seis meses ou dois anos, sujeito a prorrogação, mediante o recebimento de um incentivo financeiro, a título de indenização. Observe-se, no entanto, que a concessão desse afastamento deve atender ao interesse do serviço público.

Conforme preceitua o § 1º do art. 1º da proposição em análise, os servidores ou detentores da função pública em AVI não perdem o vínculo com a administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

A matéria foi amplamente examinada pelas comissões anteriores, sendo que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou uma emenda, esclarecendo que, no período de afastamento voluntário, o servidor receberá apenas a indenização nela prevista, não deixando margem à interpretação de que, além da indenização, o servidor também fará jus à sua remuneração mensal.

Conforme a mensagem do Governador, a proposta de instituir o Afastamento Voluntário Incentivado objetiva adequar o orçamento público aos limites determinados pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000. A remuneração do servidor será temporariamente substituída por uma parcela paga a título de indenização, fato que reduz o volume de despesas com o pessoal.

Vislumbramos, todavia, a possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento da proposição, conferindo mais clareza a determinados dispositivos. Vejamos.

O projeto, ao dispor sobre as parcelas indenizatórias a serem pagas ao servidor afastado, usa a expressão "remuneração do cargo efetivo ou função pública". Consideramos inadequado o emprego desse termo, uma vez que a remuneração é do servidor ocupante de cargo efetivo ou detentor de função pública. Essa é a terminologia utilizada no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, bem como nas Constituições Federal e Estadual, ao tratarem de matéria atinente à remuneração do servidor. Assim, apresentamos a Emenda nº 2, para conferir à referida expressão uniformidade e mais clareza.

Constatamos, ainda, haver uma impropriedade relativa à técnica legislativa no § 2º do art. 4º da proposição, o qual estabelece uma parcela indenizatória para o servidor que prorrogar o AVI por período superior a dois anos. Todavia, a norma não prevê como será o pagamento da indenização no caso de prorrogação por período igual ou inferior a dois anos. É preciso também esclarecer que a prorrogação se dará ou por seis meses ou por dois anos, quantas vezes for requerida, observando-se, em qualquer caso, o interesse da administração. Visando a sanar tais irregularidades, apresentamos as Emenda nº 3, 4, 5 e 6, incidentes sobre os arts. 2º e 4º do projeto.

Por fim, apresentamos a Emenda nº 6, que dá nova redação ao art. 7º do projeto de lei. Tal artigo estabelece que o servidor que for nomeado ou designado para o exercício de cargo de provimento em comissão terá automaticamente cancelada a concessão do AVI a partir da data da posse, e deverá restituir o valor da indenização proporcional ao período não gozado.

O que se depreende da análise desse dispositivo é que o afastamento será cancelado se o servidor assumir cargo em comissão em qualquer dos poderes do Estado, no Ministério Público ou no Tribunal de Contas, pois, em tais casos, iriam os cofres estaduais arcar tanto com o pagamento da remuneração do cargo comissionado quanto com o da indenização do AVI. Tal situação, obviamente, não se coaduna com os fins do projeto que tem como um de seus objetivos principais a redução do custo da folha de pessoal.

Todavia, entendemos que a proibição não se estende ao servidor nomeado para cargo de provimento em comissão no âmbito da administração pública federal ou municipal. Nessas hipóteses, é até desejável que o servidor afastado assumira cargo em outra esfera governamental, seja para trazer mais experiência para o serviço público estadual, caso opte por retornar a ele ao término do AVI, seja para dar um novo rumo à sua carreira, caso opte por sua exoneração ao final do afastamento. Ademais, não haveria, nesses casos, prejuízo para os cofres estaduais, e sim a economia pretendida pelo projeto.

Registre-se, também, que a assunção de um cargo de provimento em comissão durante o AVI não se enquadra nas hipóteses que vedam a acumulação de cargos públicos, previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, um vez que tal comando veda somente a "acumulação remunerada de dois cargos públicos" (grifo nosso). Entretanto, no caso em análise, não se trata de acumulação remunerada de cargos, pois o servidor, enquanto estiver gozando o AVI, não perceberá a remuneração mensal de seu cargo, mas apenas uma parcela indenizatória.

É relevante observar que o projeto determina que o tempo durante o qual o servidor estiver gozando o AVI não será computado para efeito de aposentadoria, devendo ele, pois, nesse período, contribuir para o regime geral, INSS, ou para outro regime próprio ao qual estiver vinculado. No nosso entendimento, esse dispositivo reforça a idéia de que o objetivo da norma é o de que o servidor assumira outro cargo, seja na administração pública federal ou municipal, seja na iniciativa privada, sem perder o vínculo com a administração estadual.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 27/2003, no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e com as seguintes Emendas nºs 2, 3, 4, 5 e 6.

EMENDA Nº 2

Substitua-se, no texto, a expressão "remuneração do cargo efetivo ou função pública" por "remuneração mensal do servidor ocupante de cargo efetivo ou detentor de função pública".

EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao final do "caput" do art. 2º a expressão " por igual período, quantas vezes for necessário".

EMENDA Nº 4

Dê-se aos § 1º do art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º -

§ 1º - O pagamento dos incentivos previstos no inciso II deste artigo poderá ser efetuado em parcelas mensais, a critério do servidor."

EMENDA Nº 5

Dê-se ao § 3º do art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º -

§ 3º - Nos períodos de prorrogação do AVI, ficam assegurados ao servidor os seguintes incentivos financeiros, a título de indenização:

I - para períodos de seis meses, os incentivos previstos no inciso I do "caput";

II - para períodos de dois anos, quatro parcelas semestrais correspondentes a 60% (sessenta por cento) de sua remuneração mensal, observado o disposto no § 1º deste artigo."

EMENDA Nº 6

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

"Art. 7º - O servidor que for nomeado ou designado para o exercício de cargo de provimento em comissão no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes do Estado, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas terá automaticamente cancelada a concessão do afastamento, a partir da data da posse, e deverá restituir o valor da indenização proporcional ao período não gozado."

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003.

Ermano Batista, Presidente - José Henrique, relator - Chico Simões - Gil Pereira - Sebastião Helvécio - Jayro Lessa.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 28/2003

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei complementar em pauta disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Distribuída a matéria à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição.

Posteriormente, foi o projeto encaminhado à Comissão de Administração Pública, que opinou por sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos regimentais.

Fundamentação

A proposição sob comento tem por objetivo criar, na administração direta e nas entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo do Estado, o regime de emprego público para a admissão do pessoal, cuja relação de trabalho será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. O contrato de trabalho será celebrado por prazo indeterminado e deverá ser precedido de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e complexidade do emprego.

O § 2º do art. 1º do projeto estabelece os casos em que o regime de trabalho previsto não é permitido, assim como os casos em que o citado contrato de trabalho poderá ser rescindido unilateralmente pela administração, ou seja, nos casos de falta grave previstos no art. 482 da CLT.

Vale registrar que o projeto não exclui o regime comum e predominante no Estado, embora possibilite conveniência com o regime celetista, de natureza contratual, que pressupõe o acordo livre de vontade para a formação do vínculo empregatício.

A matéria foi amplamente analisada pelas comissões anteriores, sendo que a Comissão de Administração Pública apresentou o Substitutivo nº 1, objetivando realizar reajustes no projeto, seja com relação ao seu conteúdo, seja com relação à técnica legislativa. Desse modo, o substitutivo faz modificação no prazo do contrato de trabalho, estabelecendo prazo certo de no máximo 12 meses, admitida a prorrogação por igual período.

Determina, ainda, que devem ser estabelecidas explicitamente as situações nas quais ocorrerá esse tipo de contratação, bem como a responsabilidade do dirigente pela prorrogação ilícita do contrato de trabalho.

Conforme a Mensagem do Governador, uma das principais motivações para que o Chefe do Executivo adote a relação celetista para seus empregados encontra-se na possibilidade de esse vínculo ajudar a diminuir o déficit da Previdência dos funcionários públicos. Considere-se, ainda, que o projeto em tela será menos oneroso no que tange à concessão de aposentadorias e pensões. Trata-se de medida fundamental para o equilíbrio das contas públicas.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 28/2003, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Administração Pública.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003.

Ermano Batista, Presidente - José Henrique, relator - Chico Simões - Jayro Lessa - Sebastião Helvécio - Gil Pereira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 716/2003

Comissão de Administração Pública

Relatório

Por meio da Mensagem nº 56/2003, o Governador do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa o projeto de lei em epígrafe, que cria o banco de horas no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 22/5/2003, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Por seu turno, cumpre a esta Comissão o exame do mérito, fundamentado nos seguintes termos.

Fundamentação

A proposição em análise tem por escopo alterar o art. 9º da Lei nº 10.363, de 1990, alterado pelo art. 11 da Lei nº 10.745, de 1992, que regulamenta a prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, para atender a situações excepcionais ou atípicas de trabalho, desde que previamente autorizada por Secretário de Estado ou por dirigente de entidade.

Nos termos deste artigo, o regime extraordinário de trabalho terá o seu valor-hora equivalente ao da hora normal de trabalho acrescido de 50%, sendo que a realização individual de serviço nesse regime está limitada ao máximo de 50 horas mensais. Segundo, ainda, o artigo, esse limite poderá ser ampliado por autorização expressa do Governador do Estado, mediante justificativa de Secretário de Estado ou de dirigente de entidade.

Além de manter o regime extraordinário de trabalho de que trata o art. 9º que ora se propõe alterar, a proposição prevê a possibilidade de compensação das horas extras trabalhadas, por meio da instituição de banco de horas, a critério da administração.

Conforme a mensagem do Governador do Estado, "a proposta de instituir o banco de horas surge em um momento no qual se impõe, em caráter de urgência, a adoção de medidas para reduzir o volume de despesas com pessoal, adequando o orçamento público aos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal".

Com efeito, trata-se de uma alternativa encontrada para minimizar o impacto da folha de pagamento de pessoal sobre os gastos públicos, sem abrir mão da prestação do serviço extraordinário.

Ao propor a instituição do banco de horas como meio de desonerar a folha de pagamento, o Chefe do Executivo utiliza discricionariedade administrativa com base em razões de oportunidade e conveniência, não obstante a manutenção da remuneração do serviço extraordinário pela proposição em exame.

Ressalte-se que a matéria será regulamentada pelo Poder Executivo, conforme prevê o projeto.

Com a nova redação que se pretende dar ao art. 9º da Lei nº 10.363, de 1990, ficam suprimidos os parágrafos referentes aos afastamentos considerados para efeito de percepção da média de horas extraordinárias e da aplicação ao regime de horas extraordinárias do disposto no art. 3º da Lei nº 6.565, de 1975, alterado pelo art. 17 da Lei nº 8.330, de 1982, que tratam da fixação de proventos do servidor inativo. Salientamos que o pagamento de horas extras, bem como outra forma de compensação pela prestação do serviço extraordinário, pela própria definição é de natureza extraordinária. Sendo assim, a supressão de tais dispositivos tem amparo no princípio da moralidade e da razoabilidade, de observância obrigatória pela administração pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 716/2003 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Jô Moraes - Carlos Pimenta - Leonardo Quintão.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 718/2003

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 718/2003 institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Preliminarmente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Administração Pública opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cumpre-nos, agora, examinar a matéria nos seus aspectos financeiros e orçamentários.

Fundamentação

A proposição visa instituir o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Executivo, para os ocupantes de cargos efetivos, empregos públicos e detentores de funções públicas. A intenção do governo com o projeto é a valorização do servidor, uma vez que institui o pagamento de uma gratificação de até 70% incidente sobre o vencimento básico do servidor que atingir o efetivo desempenho individual e o aperfeiçoamento de sua formação, atribuídos pelos indicadores setoriais finalísticos dos respectivos órgãos e entidades.

No que se refere ao efetivo desempenho individual do servidor, o projeto estabelece como critérios de julgamento para a atuação do servidor fatores como a qualidade do trabalho, produtividade, iniciativa, presteza, aproveitamento em programa de capacitação, assiduidade, pontualidade, contribuição para a redução de despesas e racionalização de processos e capacidade de trabalho em equipe.

Quanto à periodicidade de avaliação do desempenho individual do servidor, o projeto determina que, a cada ano, uma comissão de avaliação composta por servidores de nível hierárquico não inferior ao do servidor avaliado realizará o processo de avaliação, que deverá ser homologado pela autoridade imediatamente superior ao chefe imediato do servidor avaliado.

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, verifica-se que o projeto, na forma do substitutivo apresentado pela comissão anterior, estabelece que o Poder Executivo definirá um limite para o pagamento do Adicional de Desempenho. De acordo com a política remuneratória do Serviço Público Estadual, o Executivo determinará, a cada ano, o montante estimado de recursos disponíveis para o pagamento do Adicional. Confrontando esse montante disponível com o volume de recursos necessários para o pagamento integral do adicional, será feito um rateio proporcional de acordo com o valor individual devido a cada servidor. Vale ressaltar que os gastos com pessoal deverão atender aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal.

Por outro lado, destacamos que o maior mérito do projeto é ser um indutor da melhoria de desempenho da totalidade dos servidores, na medida em que eles serão avaliados periodicamente. Isso acarretará uma máquina administrativa mais eficiente e com um menor custo operacional, o que será altamente benéfico para os cofres públicos.

Para finalizar, tivemos por bem apresentar quatro emendas ao substitutivo proposto pela Comissão de Administração Pública. A Emenda nº 3 altera a redação do art. 1º do projeto, aclarando a finalidade da criação do Adicional de Desempenho. A Emenda nº 4 permite um melhor entendimento dos critérios para o cálculo do ADE. A Emenda nº 5 modifica o art. 3º, tornando mais precisa a forma como o Poder Executivo disponibilizará os recursos para o pagamento do Adicional. A Emenda nº 6 modifica o art. 8º, estabelecendo critérios para o aproveitamento

dos Administradores Públicos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 718/2003, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão da Administração Pública, com as Emendas nºs 3 a 6 a seguir apresentadas e pela rejeição da Emenda nº 2 da Comissão de Constituição e Justiça. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda nº 3

Dê-se ao art. 1º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, o Adicional de Desempenho - ADE, em caráter permanente e de valor variável, calculado em função dos indicadores setoriais finalísticos dos respectivos órgãos ou entidades, do efetivo desempenho individual do servidor e da formação e aperfeiçoamento individual do servidor, considerados os critérios de produção, qualidade e formação.

Parágrafo único - O ADE será devido mensalmente, nos termos desta lei, aos ocupantes de cargo efetivo e aos detentores de função pública."

Emenda nº 4

Dê-se ao art. 2º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

"Art. 2º - No cálculo do ADE, cujo valor será de, no máximo, 70% (setenta por cento) do vencimento básico do servidor, respeitado o disposto no art. 3º, serão observados os seguintes critérios:

I - até 40% (quarenta por cento) corresponderão ao alcance das metas institucionais definidas na forma da lei;

II - até 50% (cinquenta por cento) corresponderão ao desempenho do servidor, com base na avaliação anual de desempenho do período anterior, realizada de acordo com os critérios estabelecidos em lei;

III - até 10 % (dez por cento) corresponderão à formação e ao aperfeiçoamento individual do servidor."

Emenda nº 5

Dê-se ao art. 3º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

"Art. 3º - O Poder Executivo divulgará, anualmente:

I - o montante estimado de recursos disponíveis para pagamento do ADE no período seguinte, de acordo com a política remuneratória do Serviço Público Estadual, na forma da lei;

II - o montante de recursos necessários para pagamento integral do ADE.

§ 1º - O valor do ADE a ser pago a cada servidor, válido para o período de um ano, será calculado em função da relação entre o montante de recursos disponíveis e o montante de recursos necessários, multiplicado pelo valor do ADE calculado na forma do art. 2º.

§ 2º - Caso as avaliações de desempenho não ocorram dentro do prazo previsto, o valor do ADE devido mensalmente será o apurado no período anterior, ajustado ao montante de recursos disponíveis no período, devendo as eventuais diferenças serem compensadas após a conclusão do processo de avaliação.

§ 3º - O montante estimado de recursos disponíveis para cada exercício não poderá ser inferior ao alocado no exercício anterior.

§ 4º - Nos órgãos ou entidades que disponham de capacidade operacional para realizar, semestralmente, avaliação de desempenho individual, o valor do ADE a ser pago a cada servidor será válido pelo período de seis meses, observado o disposto neste artigo."

Emenda nº 6

Dê-se ao art. 8º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

"Art. 8º - Não se aplicam, aos Administradores Públicos I, nomeados até 31 de dezembro de 1998, quando da primeira promoção a partir da vigência desta lei, os requisitos previstos nos incisos I e II do "caput" do art. 10 da Lei nº 13.085, de 31 de dezembro de 1998.

Parágrafo único - O processo de promoção dos servidores integrantes da Carreira de Administrador Público será implementado gradualmente, nos termos do regulamento."

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003.

Ermano Batista, Presidente - José Henrique, relator - Jayro Lessa - Sebastião Helvécio - Gil Pereira - Chico Simões.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com alegria registro que o PFL, que ajudei a fundar nos idos de 1985, constitui novamente bancada nesta Casa.

Depois da tempestade vem a bonança. Acabou o incêndio causado em nossa legenda pela ação do seu ex-Presidente, Vice-Governador Clésio Andrade, que, deixando o partido, levou consigo diversos companheiros que se filiaram ao nosso partido por sua influência, e também, em ação inercial, talvez de roldão, outros que se somaram a nós no passado.

Foi um verdadeiro incêndio de um partido que havia crescido muito, agregando em seu seio quadros com que não tinha identidade. O PFL tem de possuir uma face, para que a sociedade o veja por meio de seus membros. Nós, que havíamos tido expressão eleitoral da ordem de 5 Deputados eleitos com cerca de 800 mil votos, poderíamos ter até 8, nas últimas eleições. Crescemos para 12. De repente, com a saída do Vice-Governador, ficamos reduzidos a 3: eu, Elmiro Nascimento e Doutor Viana. Este não havia sido eleito pelo PFL, mas, para nossa felicidade, muito ligado ao Deputado Federal Eliseu Resende, uniu-se a nós.

Hoje, com alegria, anuncio a esta Casa que o PFL, novamente obedecendo aos preceitos do Regimento Interno, proclama-se como bancada com assento no Colégio de Líderes e em todos os lugares que permitam a ação parlamentar. Depois do incêndio, o PFL ressurgiu das cinzas, como fênix. Hoje somos novamente bancada, temos expressão política nesta Casa. Sempre disse que o PFL, que tem doutrina, programa, história, prática política, não é partido ideológico, não usa o proselitismo, a pregação, para convencer as pessoas a aceitarem seu ideal. Como partido pragmático, aberto, encontra na sociedade aqueles que possuem pensamento liberal, sentimento de responsabilidade social. Por isso, com grande alegria, como quando nos encontramos eu, Elmiro e Doutor Viana no passado, deparamos com quem possui a mesma face, o mesmo compromisso com a sociedade, na qual buscamos inspiração para nossa prática política. As figuras expressivas dos Deputados Paulo Cesar e Gustavo Valadares somam-se à nossa legenda e dão oportunidade para que o PFL constitua novamente bancada partidária.

Como o mais antigo, trago saudação pessoal. Em nome dos filiados, do diretório regional, da comissão provisória, dos diretórios municipais, dou boas-vindas aos novos companheiros, que vêm enriquecer nossa legenda, contribuir para que, na voz de bancada, de unidade partidária, possamos expressar nossas aspirações políticas nesta Assembléia Legislativa.

O PFL não se doutrina, não se faz, encontra-se. E encontramos, com grande alegria, esses dois pefelistas, que vêm, nessa ação política, somar-se a nós.

Deputado Gustavo Valadares, saúdo-o como novo filiado e em V. Exa. deposito as maiores esperanças, pela sua juventude, competência, origem, formação e até pela herança genética, por ter, ao longo da sua vida política em Minas Gerais, expressão de maior grandeza. É a esperança de grande liderança no Estado, principalmente em nossa Capital, onde tem militância política.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Sebastião Navarro Vieira, membro mais antigo do PFL, ao qual me filiei na segunda-feira, agradeço suas palavras, assim como a forma como fui tratado, nesse período de conversas, tanto por V. Exa. quanto pelos Deputados Elmiro Nascimento, novo Líder da Bancada pefelista nesta Casa, Doutor Viana e Paulo César, que já caminhava comigo, no antigo partido. Nossa bancada não é a maior em termos numéricos, mas torna-se das mais importantes em termos qualitativos.

Sinto-me honrado em fazer parte desse grupo político. Comecei um trabalho no Diretório Municipal de BH, baseado nas ações do PFL, na esfera federal, de coerência e fiscalização do discurso único e exclusivamente político do PT, que durante 12 anos pregou propostas e objetivos de seu plano de Governo e agora faz exatamente o contrário de sua história política.

Faço coro com V. Exa. quando diz que o PFL continuará coerente ao seu discurso, aos seus companheiros.

Agradeço suas palavras, que me deixam mais entusiasmado e empolgado para fazermos um trabalho em conjunto, em prol do povo de Minas Gerais e do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - A honra é nossa, dos antigos filiados, de todo o nosso partido, em poder contar com V. Exa., que tanta esperança representa para a política de Minas Gerais. Quando diz que a bancada talvez não seja a maior numericamente, mas que terá presença forte e marcante nesta Assembléia pela unidade de pensamento, pelo valor de seus quadros, enalteço os Deputados Doutor Viana, Elmiro Nascimento, Gustavo Valadares e Paulo Cesar, figuras da maior expressão política que integram esta bancada e me obrigam a me desdobrar para ser digno de tão ilustre, honrada e competente companhia.

De fato, constituiremos bancada atuante, expressiva, fazendo valer nossa voz e nossa vez, como partido político, nesta Assembléia Legislativa.

Os Deputados Gustavo Valadares e Paulo Cesar, este ex-Prefeito de Nova Serrana, vêm enriquecer os quadros do PFL. Filiaram-se nessa segunda-feira, quando vivemos festa extremamente importante para o nosso partido.

Quando da saída do Vice-Governador, com diversos quadros, desestruturando, tentando até acabar com o PFL em Minas Gerais, vimo-nos sem sede, estrutura e bancada. Era o sonho, talvez, utópico, idealista, daqueles que sempre procuraram primar pela dignidade, honra e fidelidade aos preceitos partidários, ligando-se mais à doutrina e ao programa que às pessoas. Vimo-nos completamente desarmados.

Na segunda-feira, com a presença do Presidente Nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, da figura ilustre e marcante do teórico do PFL, desde sua fundação, Senador Marcos Maciel, ex-Vice-Presidente da República, do Senador César Borges, representando Antônio Carlos Magalhães, do Líder do PFL no Senado, José Agripino Maia, ex-Governador do Rio Grande do Norte, inauguramos nossa sede na Rua Sergipe, ao lado do Palácio da Liberdade, talvez mais bem localizada que a antiga sede, que nos foi tirada de forma estranha.

De um dia para o outro ficamos sem sede, pois tínhamos deixado de ser o inquilino daquele imóvel. O Presidente havia comunicado que o PFL não mais se interessava pela sede, e o aluguel passou para a figura pessoal ou para a empresa do Vice-Governador do Estado, que havia sido Presidente do nosso partido. Vimo-nos sem sala, telefone e meios de ter contato com o interior. Hoje temos nova sede, equipada, recebemos visita dos mais influentes líderes do partido, que trazem apoio ao PFL, que ressurgiu das cinzas. Para coroar essa festa, tivemos a alegria de receber a filiação dos Deputados Gustavo Valadares e Paulo Cesar.

A bancada sente-se feliz de poder dizer aos pares que o PFL está vivo, ressurgiu, tende a crescer e atuará na Assembléia mostrando a que viemos, mostrando a face, a figura do PFL.

Registro minha alegria e manifesto minha satisfação e meu sentido de gratidão para com os Deputados Gustavo Valadares e Paulo Cesar. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elmiro Nascimento* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna, agora na condição de Líder do PFL, como falou o Deputado Sebastião Navarro Vieira, o mais experiente e importante da bancada, pelo trabalho que tem não só neste parlamento, mas na área federal, que relatou o que aconteceu em relação à bancada.

Realizamos, anteontem, uma reunião na nova sede do partido, na Rua Sergipe, com a participação de ilustres figuras, como os Senadores Jorge Bornhausen, Presidente do PFL; Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República; José Agripino Maia; César Borges; o nosso eterno líder, Francelino Pereira, expressão máxima do PFL nacional, pelo seu passado e trabalho durante sua vida pública; e vários Deputados Estaduais.

Tivemos a alegria de receber nossos dois novos companheiros, os Deputados Paulo Cesar e Gustavo Valadares. Como disse o Deputado Sebastião Navarro Vieira, enriquecerão muito a Bancada do PFL. Ao dar-lhes as boas-vindas, manifesto o orgulho por tê-los em nossas fileiras. Tenho certeza de que contribuirão muito para o nosso trabalho em prol da grandeza de Minas e do País.

O PFL pertence à história do Brasil. Há alguns anos, com a cisão encabeçada pelo ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves, apoiamos Tancredo Neves, a fim de que pudéssemos reconstruir e democratizar o País. Hoje apoiamos seu neto, o Governador Aécio Neves, porque confiamos em seu trabalho, em sua dinâmica, inteligência, juventude e liderança para reconstruir o nosso Estado, recolocando-o no seu lugar de destaque em nível nacional.

Tudo está caminhando para isso. O BID deu sinal verde para Minas Gerais. Isso significa a retomada do crescimento e desenvolvimento do Estado. Nós, do PFL, estivemos ao lado do Governador Aécio Neves desde o início de sua campanha. Hoje a nossa bancada, constituída de cinco elementos, continuará, com seriedade e honestidade, a trabalhar pela grandeza de Minas.

Cumprimento novamente os Deputados Paulo Cesar e Gustavo Valadares, esses dois jovens líderes de Minas, que, com certeza, farão um grande trabalho em prol do parlamento mineiro. Agradeço os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Doutor Viana pela confiança em mim depositada, para que possa, a partir de hoje, liderar o nosso partido, que agora é bancada. Mais uma vez coloco-me à disposição dos Deputados desta Casa, para que juntos possamos trabalhar pela grandeza do nosso País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, povo de Minas, amanhã, dia 3 de julho, é uma data importante para o Município de Montes Claros. Além de comemorarmos 146 anos de sua emancipação política, representaremos a Assembléia de Minas no encontro da Agência Nacional de Águas - ANA -, que é de fundamental importância para a região. Os debates foram iniciados ontem, continuam hoje, e amanhã teremos conhecimento das discussões realizadas com órgãos dos Governos Federal e Estadual.

O Governo Federal desperta para o gravíssimo problema da falta de água na região Norte mineira. Só para exemplificar a importância desse encontro e as soluções que dele advirão, há 101 dias não cai uma gota de chuva na região. Contabilizamos o número fantástico de quase 600 rios, córregos e pequenos cursos de água secos na região. Não falamos apenas de pequenos rios, mas de cursos grandes de água e rios perenes que hoje ficam na nossa lembrança.

Esta é uma boa hora de esta Casa constituir comissão especial para que possamos participar da fase final de debates. Tenho a certeza de que as conclusões servirão para que possamos monitorar o trabalho dos Governos Estadual e Federal, não apenas no Norte de Minas, mas também no Jequitinhonha, no Mucuri e em outras áreas que sofrem com a falta de água.

Faço, desta tribuna, homenagem a Montes Claros. E o faço com muito orgulho, em meu nome, em nome dos Deputados votados no município e em nome deste Poder. É o aniversário de emancipação política da cidade, que possui uma população fixa de 300 mil habitantes e uma flutuante de mais de 600 mil. Cidade problemática, tem desafiado a todos nós, políticos, moradores e trabalhadores, ao que dedicamos grande parte de nossas vidas. É a quinta cidade de Minas e, de maneira desarmoniosa, a 23ª em economia, devido aos graves problemas enfrentados na saúde, conforme relatamos incansavelmente durante todos esses anos. Não atende apenas à sua população, mas à do Norte de Minas e do Sul da Bahia, o que faz da Santa Casa de Montes Claros um dos maiores hospitais de urgência e emergência de todo o Estado. E a cidade recebe poucos recursos para prestar esse grande trabalho.

Montes Claros tem problemas também com a área de segurança pública, como denunciamos. Chegou-se ao absurdo de iniciar-se a construção de um centro de reeducação de menores com investimentos de quase R\$1.000.000,00. Esse centro está paralisado desde o ano passado e tem servido como alvo para ladrões, bandidos e marginais, que roubaram material de construção e fios de cobre do local, de maneira ousada.

São muitas as dificuldades enfrentadas por municípios-pólo e regiões desfavorecidas como Montes Claros, Governador Valadares, Janaúba, Januária, Teófilo Ottoni, Salinas e Araçuaí.

É importante mostrar que tivemos muitas vitórias, transpondo obstáculos que só a garra do sertanejo norte-mineiro pode superar. Montes Claros é reconhecida na área do ensino superior, contando com cinco universidades. A UNIMONTES, uma das maiores universidades estaduais do País, com mais de 12 mil alunos, ensino gratuito de excelente qualidade, teve mais de 100 candidatos por vaga no curso de Medicina. Ela inovou, criando a Universidade do Circo, com ajuda do ator Marcos Frola e da comunidade de Montes Claros. Oferece 23 cursos superiores na cidade e caminha para o interior com o "campus" avançado em Pirapora, Januária, Salinas e Brasília de Minas. Contamos, também, com a Faculdade Santo Agostinho, que desponta como uma das melhores do Estado; a Universidade Pitágoras, que tem um "campus" belíssimo, com a qualidade de que a cidade precisa; e a FUNORTE, ligada à antiga Escola Técnica. É essa Montes Claros, que amanhã comemora mais um ano, que cantamos em verso e prosa desta tribuna, pela qual não nos esquecemos de lutar, além de não desistirmos de mostrar a disparidade de ser a quinta cidade de Minas e a 23ª economia. Isso não pode existir, pois temos uma área territorial de quase 2.000 km², mas recebemos menos que outras pequenas cidades, sem a área territorial, sem os problemas de Montes Claros, mas que são cidades ricas deste Estado. É a cidade que me acolheu e me deu oportunidade de me formar em Medicina. Estamos aqui para fortalecê-la, pois assim fortaleceremos outras cidades norte-mineiras que dependem de seu parque industrial e de sua infra-estrutura de educação e saúde.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Parablenzo-o pelo pronunciamento num momento tão importante da vida político-administrativa de Montes Claros. Amanhã a cidade completa mais um ano de emancipação política.

Solidarizo-me com sua homenagem e seu pronunciamento. Estudei lá, sou da segunda turma da Faculdade de Medicina da UNIMONTES, antiga FAMED. Tenho gratidão pela cidade e por sua gente. Parablenzo Montes Claros por mais um ano de emancipação política.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado, Deputado Doutor Viana. Presto homenagem às lideranças de Montes Claros e ao Prefeito Jairo Ataíde, que, pela segunda vez, administra a cidade e realiza grande trabalho.

Amanhã acompanharemos o Prefeito, os Deputados e os Vereadores na inauguração de várias obras, estruturantes e importantes para o crescimento da cidade. Então, homenageio o Prefeito Jairo Ataíde e os mais de 5 mil funcionários da Prefeitura, que, com muita luta, constroem a história da cidade, desde os mais humildes, que limpam a cidade, aos mais importantes, que a planejam e reestruturam.

Homenageio também a Câmara Municipal, os 21 Vereadores. Foi minha escola política, onde trabalhei por 16 anos. Fui Presidente da Câmara por dois anos. Conheço bem o trabalho dos Vereadores, que se destituem de qualquer vaidade para segurar a bandeira de Montes Claros.

A Deputada Ana Maria (em aparte) - Parabênz-o e agradeço-lhe o pronunciamento. Com certeza, hoje, os telespectadores da TV Assembléia no Norte de Minas devem estar felizes por perceberem que, nesta Assembléia, temos o Deputado Carlos Pimenta, que chora com as tristezas de Montes Claros, mas sorri com as alegrias.

Estamos felizes por contar com V. Exa., que enxerga Montes Claros como o éden do Norte de Minas e resolve os problemas maiores da região. Parabéns! Que Deus abençoe Montes Claros e o Norte de Minas! Obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado, Deputada Ana Maria. V. Exa. realiza marcante trabalho nesta Casa e é defensora de Montes Claros e da região.

Cumprimento também, em meu nome, em nome do Poder Legislativo e do povo de Minas, o Sindicato Rural de Montes Claros e a Sociedade Rural pela XXIX Exposição Agropecuária, que terá início na tarde de amanhã. Estarão presentes o Governador Aécio Neves e o Vice-Presidente José Alencar, além de várias outras autoridades.

Estendo o convite já feito oficialmente ao Presidente desta Assembléia, Deputado Mauri Torres, porque essa exposição é o símbolo do Norte de Minas. É uma das maiores do País. Ali, o produtor rural, o pecuarista e as pessoas que acreditam na força do campo exporão seus produtos, animais e todo o fruto do trabalho da agropecuária norte-mineira.

Reitero os cumprimentos ao povo de Montes Claros por mais esse aniversário de emancipação política. Graças a Deus, apesar das dificuldades, temos muito a comemorar na 5ª maior cidade do Estado e a maior do Norte de Minas. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna é importante, mas, nesta Casa, uma coisa puxa a outra. Deixarei esse assunto para o final.

Surpreendeu-me o pronunciamento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, atribuindo ao Vice-Governador a decadência do PFL no Estado.

Cumpro o terceiro mandato com o Deputado Sebastião Navarro Vieira, de excelente qualificação, como também o são os Deputados Elmiro Nascimento, Paulo César, Gustavo Valadares e Doutor Viana. Entretanto, há equívoco na interpretação das informações prestadas pelo Deputado quando atribui ao Vice-Governador a decadência do PFL.

A verdade não pode deixar de ser dita. Com a esposa adoentada, o Senador Bornhausen pediu a Clésio Andrade que marcasse consulta com paramédico de Presidente Prudente. Clésio Andrade, desprovido de cargo público, deixou seu avião à disposição. Nessa época, tivemos maior contato. Após as eleições, o Senador procurou o Vice-Governador para que intercedesse junto ao Presidente para abafar o escândalo envolvendo o BANEPAR, situação delicada na qual jamais poderia intervir. Isso irritou dois Ministros malfadados do PFL no Governo FHC, que somente alcançaram o cargo devido à interferência do atual Vice-Governador. Roberto Brant, filiado ao PSDB, tentou ser Ministro; no PFL, com o auxílio do Vice-Governador, alcançou o cargo, mas prejudicou a combatida Previdência com favores prestados de forma escusa, como fez na Secretaria da Fazenda.

Sr. Presidente, o Ministro Roberto Brant deixou o nome de Minas Gerais praticamente na lama. Com a recusa do Vice-Governador Clésio Andrade em promover acordo entre o Bornhausen e o Lula, houve a tentativa de distorcerem-se os fatos. Por intermédio de dois Ministros, alguns Deputados e Prefeitos pediram imediatamente a dissolução do diretório em Minas Gerais, criando factóides que não condiziam com a verdade.

Portanto, digo a verdade dos fatos. Deixo bem claro: o que aconteceu com o PFL foi porque o Vice-Governador não aceitou pactuar com a corrupção. Digo isso por causa dos acontecimentos, apesar de não ter autorização do Vice-Governador.

Sr. Presidente, apresentei um requerimento em que solicito informações e criação de Comissão Especial para investigar a sonegação de impostos no Estado, precisamente de ICMS, por parte da indústria automobilística e de concessionários. Esse requerimento encontra-se paralisado nesta Casa. Não gostaria que a ênfase do momento de declínio de arrecadação do Estado se perdesse. Isso é pertinente. O que gerou esse requerimento foi uma operação realizada, nos anos de 1992, 1993 e 1994, com a fábrica de automóveis FIAT e alguns concessionários com operações trianguladas. As vendas eram feitas a terceiros como empresas consumidoras finais. Na realidade, eram do mesmo grupo de algumas concessionárias para permitir que os automóveis, produzidos pela FIAT, obtivessem ágio juntamente ao consumidor do Estado. Esse é um fato extremamente grave. Porém percebo certa lentidão, morosidade da Casa em instalá-la. É muito importante que façamos as assuntões andarem, principalmente neste momento crítico para Minas Gerais.

Peço a V. Exa. prioridade para investigá-los. Os fiscais promovem verdadeiras devassas na vida do sonegador de boteco para retirar o que podem. Há tratamento diferenciado em relação à fiscalização das grandes empresas do Estado. Não sei se a Secretaria da Fazenda possui algum setor para tratar especialmente dos grandes contribuintes do Estado. É importante que investiguemos as grandes empresas, porque a sua sonegação, com o apoio principalmente do Conselho de Contribuintes do Estado, é da maior gravidade. Nesse caso apresentei a documentação, pois possuo toda a documentação do processo em andamento na justiça. Aliás, averiguarei se há outros casos idênticos.

Há outro fato importante. Outro dia, numa coluna, um jornalista muito conhecido em Minas Gerais trouxe um detalhe importante. Ele disse que o Instituto de Desenvolvimento Gerencial - antigamente denominava-se Fundação de Desenvolvimento Gerencial - prestava serviços ao Estado. Não houve concorrência para que esse instituto prestasse serviços ao Estado, principalmente ao IPSEMG e à SEPLAG. Algumas pessoas insinuam que esse Instituto prestou serviços ao malfadado Governo do Espírito Santo, que, no início do ano, deixou o Estado em petição de miséria.

Logo, desejamos saber em que condição esse Instituto presta serviços ao Estado de Minas Gerais. Apresentarei o requerimento à Comissão de Fiscalização Financeira. Peço a V. Exa. que dê tratamento especial.

Gostaria de pedir desculpas ao meu companheiro Elmiro Nascimento, até porque o respeitei durante sua fala. Tenho muito apreço por V. Exa. e não gostaria de um debate nesse nível. Tenho certeza de que V. Exa. não tem as informações que tenho a respeito do Senador Bornhausen. Não gostaria de um debate aqui, mas, posteriormente, caso V. Exa. queira, possivelmente com documentos, poderei mostrar o que acabei de dizer. Gostaria de pedir desculpas e dizer que tenho o maior apreço por todos os companheiros e ex-companheiros do PFL.

Ao Deputado Sebastião Navarro Vieira gostaria de dizer que nenhum Deputado aqui é medido pela honradez, forma ou estigma de estar dentro desta Casa. Todos vêm pelo voto. Voto é como concurso público, não distingue o cidadão honrado do cidadão de bem, o cidadão correto do cidadão maldoso, do cidadão canalha, do cidadão bandido. Até prova em contrário, todos aqui são excelentes cidadãos, competentes, honrados e muito bem-vindos a esta Casa. Alguns podem até demonstrar formas e estilos diferentes, mas todos são bem-vindos. Quem colocou cada um dos senhores aqui foi o voto dos cidadãos de fora desta Casa, e todos têm que ser respeitados. Se colocam um Deputado sério, parabéns; se colocam um porcaria, que o engulam por quatro anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Elmiro Nascimento* - Quería questionar o nobre Deputado Irani Barbosa, um dos Deputados mais brilhantes e mais atuantes desta Casa, pessoa que respeitamos muito, com quem temos uma grande afinidade. Fomos colegas neste parlamento durante oito anos. Porém, equivocou-se quando contou os fatos ocorridos no PFL. Lamentavelmente perdemos pessoas como Irani Barbosa, Alberto Bejani e outros companheiros que aqui estão. São coisas de partido, o que é normal e natural. Não aconteceu nada do que ele relatou, muito pelo contrário. Naquela época, ainda não existia o BANESTADO. Não existia nada em relação à acusação de "A" ou "B". São acusações levianas, o que já foi provado. O Deputado Sebastião Navarro Vieira, no seu pronunciamento, em momento algum denegriu a imagem do Vice-Governador, pessoa que respeitamos e apoiamos. Lamentamos essa cisão do Partido. Naquela época, o PFL tinha 11 Deputados e hoje tem cinco, mas continuamos levando a política com seriedade e honestidade.

Quería contradizer as palavras do Deputado Irani Barbosa, porque não houve nada disso. Naquela época não existia o BANESTADO. Esses são fatos recentes. O próprio Senador Bornhausen, nosso Presidente nacional, comprovou perante a comissão do Senado sua lisura. Ele não tem nada a ver com o que está acontecendo com o BANESTADO no Congresso.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público das galerias, imprensa, funcionários da Casa e telespectadores da TV Assembléia, na última segunda-feira o Município de Nova Lima deu mais um passo certo rumo ao futuro, acreditando na justiça social, ao inaugurar o Centro de Recuperação e Readaptação Social, que utilizará o método APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado -, exemplo de sistema penitenciário auto-sustentável, que já possui mais de 100 unidades em todo o Brasil.

A primeira APAC foi criada em 1972 por Mário Ottononi, um advogado paulista que idealizou método próprio de recuperação de presos, chamados de recuperandos, o qual, segundo suas declarações à imprensa, utiliza o amor, a solidariedade e a disciplina para convencer os presos a desistirem da criminalidade. Está comprovado que menos de 10% dos presos de uma APAC voltam a cometer crimes, enquanto nos presídios comuns este índice atinge 85%.

Muito louvável a iniciativa do Prefeito Vitor Penido e as parcerias realizadas para a construção da APAC, que demorou cerca de um ano para ser concluída, mas foi um tempo que valeu a pena esperar. Os investimentos chegaram aos montantes aproximados: Prefeitura Municipal de Nova Lima: R\$700.000,00 para aquisição do terreno, urbanização da região e obras de construção do prédio; Anglogold, antiga Ouro Velho: R\$120.000,00; MBR: R\$100.000,00, Belgo Mineira: R\$28.000,00; Secretaria de Estado de Defesa Social: R\$83.000,00; Fórum Municipal Augusto de Lima da cidade Nova Lima: R\$68.000,00.

A APAC-Nova Lima está localizada em uma área de 20.000m², na Rodovia MG-030-entroncamento da estrada para o Rio do Peixe, com 6.500m² de área construída e o restante destinado à instalação de um minidistrito industrial, que envolverá empresas com futuros postos de trabalho para o recuperando, que, após sua liberdade, na maioria das vezes não consegue reinserir-se no mercado profissional e na comunidade. Cinco empresas já confirmaram a construção de suas instalações no entorno da APAC: Triunfo Serviços de Infra-Estrutura Ltda, Celmar Usinagem de Precisão Ltda, Molar Ltda, Eufizz Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda e Viva Indústria e Comércio de Elevadores Ltda, que merecem os nossos parabéns.

Com todas as letras, podemos afirmar que Nova Lima possui centro de recuperação e readaptação social, e não cadeia. Inicialmente, o centro abrigará 14 recuperandos, existindo a previsão de que atinja, em breve, a auto-sustentabilidade com a instalação de 4 oficinas profissionalizantes no regime semi-aberto, onde os presos em recuperação terão a chance de aprender novo ofício e obter renda.

Voluntários formados pela APAC de Itaúna - o primeiro a ser inaugurado em Minas Gerais, em 1986 - ajudarão a coordenar o funcionamento desse centro, junto com os próprios recuperandos e o Poder Judiciário, responsável pelo acompanhamento do modelo na cidade.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Agradeço o aparte atesto tudo o que está sendo dito. Tivemos a oportunidade de conhecer de perto o trabalho realizado pela APAC de Itaúna, minha cidade natal, onde todos os dados relatados por V. Exa. podem ser comprovados no dia-a-dia. Constitui trabalho extraordinário, forma diferente de tratar a recuperação do detento, chamado inclusive de "recuperando".

Existem três sistemas de funcionamento da APAC: aberto, semi-aberto e fechado, pelos quais a pessoa progride, paulatinamente, de acordo com o seu comportamento.

Parabenizamos Nova Lima, que passa a participar do sistema idealizado por Mário Ottononi, que vem dando resultados extraordinários.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Doutor Viana, com alegria estávamos na inauguração da APAC Nova Lima, representando a Assembléia. A intervenção de V. Exa. é providencial e necessária neste Plenário.

Temos um sistema prisional que funciona muito bem, sendo excelente e eficiente na lógica de manter a indústria do preso. Tal sistema carcerário apresenta baixíssimo índice de recuperação - 15% -, enquanto em todo o mundo esse índice varia de 30 a 35% - alguns países até com média nacional maior -, e, de alguma forma, acaba enriquecendo muitas pessoas. Além disso, na sua raiz, mantém violenta indústria de corrupção.

Temos, então, de elogiar a Prefeitura e as forças vivas da comunidade. Muitas vezes, vim à tribuna criticar a Prefeitura. Acredito até que o farei outras vezes, mas por outras questões e motivos. Por que, agora, elogiar? Porque Prefeito perseguiu, com afinco, a criação da APAC, que teve oposição da sociedade, do PV e de outros partidos, inclusive do meu - PT - e do PSDB, que não compreenderam que a lógica da APAC é outra, que apoiei e com a qual concordei plenamente, pois o método é o único capaz de recuperar os internos. Temos APACs organizadas em 18

municípios, apresentando índice de recuperação de 95% e resultados evidentes.

Parabéns por sua intervenção!

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Doutor Viana, parabenizo-o por seu pronunciamento. Desde que assumi no parlamento mineiro acompanho a preocupação dos Deputados das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública, enfim, de todos, com relação à criação da APAC. A primeira instalada no Brasil foi a de Bragança Paulista, onde fui muito feliz como professor de Direito Penal. Na época, o Juiz Nagachi participou do processo, incentivou a instalação e aqui estive, a convite dos Deputados João Leite e Durval Ângelo, iniciando franca discussão sobre o assunto.

Parabenizo esta Casa, particularmente o Secretário João Leite, que não mediu esforços para que Minas conhecesse de perto esse grande empreendimento, que garante ao preso sua reintegração à sociedade. Também o Deputado Durval Ângelo sempre participou ativamente do processo, junto com todos os membros da Comissão, que tem prestado relevantes serviços ao indivíduo, possibilitando seu retorno à comunidade e à família e devolvendo-lhe a cidadania. Devemos pleitear esse empreendimento para os principais pontos de Minas.

Leve nossa saudação e respeito pelo trabalho extraordinário das APACs em Minas. Parabéns!

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Infelizmente, não pudemos comparecer à inauguração da APAC, pois estávamos assinando acordo coletivo com a COPASA. Temos acompanhado o trabalho do Prefeito Vítor Penido e gostaríamos de ressaltar sua persistência e vontade, já que enfrentou problemas muito sérios quando da implantação da APAC.

Infelizmente, a população não aceita a instalação de entidade ligada à detenção em sua região, mas a filosofia da APAC é moderna e visa a recuperar o detento.

Digo da nossa satisfação de ter visto a implantação dessa unidade, a exemplo do que foi feito em Itaúna. Meus cumprimentos a V. Exa. e ao Prefeito Vítor Penido.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço todos os apartes. Parabenizo o Poder Judiciário, na pessoa do Juiz Juarez, da Promotora de Justiça e de todos que trabalharam e trabalham na recuperação dos presos.

O Secretário de Defesa Social Lúcio Urbano, presente à solenidade de inauguração da APAC Nova Lima, confidenciou-me que o custo de um preso no atual sistema gira em torno de R\$1.600,00, enquanto no método APAC cai para R\$360,00. Afirmou também que incentivará a criação de novas unidades. São ações desse porte que farão do nosso Estado modelo de desenvolvimento para o Brasil, reduzindo a violência e buscando a reintegração do preso à sociedade, resgatando-lhe a cidadania.

Minhas congratulações a todos que fizeram da APAC Nova Lima realidade, principalmente a meu amigo Vítor Penido, Prefeito por quatro mandatos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, TV Assembléia, servidores da educação, amigos, estamos prestes a iniciar a discussão e a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, encaminhada pelo Governador, buscando a reorganização administrativa e a garantia de direitos ao servidor do Estado.

Ontem ouvimos a apresentação do relatório final do Deputado Bonifácio Mourão, que, ao proferir a sua leitura, encampou o compromisso de o Governo encaminhar a esta Casa, até 31/12/2003, os respectivos planos de carreira do funcionalismo estadual.

Não desconhecemos a grande responsabilidade do Governo, mas não podemos deixar oculta a desta Casa de analisar essas novas medidas, aguardadas há muito pelo funcionalismo.

Refiro-me especialmente ao plano de carreira da educação, que, há quatro anos, na Comissão de Educação estamos discutindo, aguardando a sua remessa e a do piso salarial, mas não conseguimos ampla discussão.

Na manhã de hoje, foi aprovado, na Comissão de Educação, requerimento da nossa autoria a ser encaminhado à Secretaria de Educação e ao Secretário do Planejamento, garantindo desde já o assento da comissão na discussão desse grande projeto.

Não poderemos consentir, quando os planos chegarem, que as discussões sejam atropeladas pelos interesses de muitos.

Estamos garantindo, por antecipação, quando do início da confecção do plano de carreira, a presença dos Deputados das Comissões de Saúde, Administração Pública, Educação, a fim de construirmos juntos o que almejam os servidores. Sabemos ser impossível constituir lei sozinho. Não podemos ficar em processo unilateral, e estamos dispostos a buscar entendimento para o anteprojeto. Queremos garantir nossa participação junto a Comissão de Educação e demais órgãos que lutam por planos de carreira.

Por reiteradas oportunidades, ouvimos o pronunciamento do Secretário Anastasia quanto ao compromisso do Governador de remeter a esta Casa o que os servidores aguardam há muito tempo. Em requerimento aprovado pela manhã, na Comissão de Educação, estamos assegurando ampla discussão, antes mesmo da remessa do plano de carreira. Queremos que, ao ser formatado, sejam ouvidos todos os segmentos, e, ao chegar à Assembléia, as discussões estejam esgotadas.

Sabemos que para elaborar uma lei temos de obrigatoriamente ouvir a sociedade. Apelo à Secretária da Educação e ao Secretário Anastasia para que dêem oportunidade à Comissão de Educação de participar também desse trabalho, que traduzirá o sentimento maior dos servidores, em especial os da educação, com o plano de carreira. Até o dia 31 de dezembro os servidores contam com o compromisso e responsabilidade do Governador Aécio Neves, em quem confiamos integralmente. Obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi correspondência dos representantes da comunidade brasileira que trabalham nos Estados Unidos da América. Cerca de 1.500.000 brasileiros trabalham atualmente nesse país. A maioria, ou quase todos, verdadeiros heróis anônimos, gerando para o Brasil o que não conseguiram aqui, ou seja, empregos. Saíram em aventura e estão trabalhando muito, remetendo dólares para serem aplicados nas suas antigas cidades, como acontece em Governador Valadares e em grande parte do Leste de Minas. Essas pessoas estão gerando emprego e trazendo o desenvolvimento para a sua região.

Os representantes desses verdadeiros heróis estão pleiteando que, por nosso intermédio, por intermédio do Governo de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Educação, seja-lhes levado o curso supletivo.

Isso é mais do que justo, porque esses brasileiros, que trabalham por cerca de 10 horas por dia, não têm tempo para concluir nem sequer o curso fundamental. Na maioria das vezes, muitos se desenvolvem economicamente e ficam constrangidos em voltar para o Brasil, devido à sua formação. Sentem que não têm condições de penetrar em certos ambientes por falta de instrução. Por isso, estão solicitando ao Governador do Estado que, nas mesmas datas em que forem realizados os exames do supletivo aqui, estes sejam enviados a eles também, para que curse o supletivo lá. Isso acontece com outros países que possuem imigrantes nos Estados Unidos. E os brasileiros estão em situação desigual.

Por ser mais do que justa e indispensável essa reivindicação e por ser o Governador Aécio Neves sensível a essas questões, não temos dúvida de que procurará fazer tudo para atender, por meio da Secretaria de Educação, à reivindicação expressa na carta. (- Lê:)

"Sr. Governador, a última iniciativa em relação a um programa de apoio aos brasileiros que vivem no exterior partiu do ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quando reuniu em Brasília, em 8/11/95, Ministros do Governo, Senadores, Deputados, o ex-Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, o Prefeito de Governador Valadares e outras autoridades, definindo a aposentadoria, a casa própria e a educação como prioridades de seu Governo para o brasileiro que vive no exterior.

Desse histórico momento até os dias de hoje o Governo Federal dedicou-se à execução de política consular agressiva, destacando-se a criação dos consulados de Boston, nos Estados Unidos, e Nagoia, no Japão.

Por outro lado, continua a crescer a emigração, principalmente para os Estados Unidos, na sua esmagadora maioria proveniente do nosso Estado, especificamente da região Leste. É impressionante a quantidade de pessoas que vivem no Estado de Massachusetts, provenientes de Governador Valadares, Alpercata, Sobrália, Fernandes Tourinho, Engenheiro Caldas, Nova Módica, São José do Divino, Virginópolis, Guanhões, Sabinópolis, Coroaci, Virgolândia, Itanhomim, Tarumirim, entre outras.

Estima-se que, atualmente, na região da grande Boston, já residam mais de 300 mil brasileiros e, na região da Nova Inglaterra, mais de 600 mil, sendo evidente e flagrante essa presença, a observar pelo grande número de estabelecimentos comerciais brasileiros em cidades como Framingham, Malborough, Allstone, Revere, Somerville, etc., consideradas anteriormente como pequenas e que, nos últimos dez anos, deram um grande salto econômico e de desenvolvimento urbano, com conseqüente supervalorização dos imóveis.

A educação, no entanto, tem sido o epicentro da questão mais preocupante para a comunidade brasileira residente no exterior hoje, porque, pensando no imediatismo do dinheiro, muitos adolescentes abandonam a escola, para ingressar no mercado de trabalho e, diga-se, no baixo mercado de trabalho, sendo mão-de-obra desqualificada.

Esses jovens não estão pensando em seu futuro como imigrantes nem mesmo em vir a ser cidadãos documentados um dia. O perfil socioeconômico cultural desses imigrantes deixa muito a desejar. E, assim, um contingente de brasileiros vai deixando de pensar para se tornar apenas para se tornar apenas numa massa muscular, perdendo a capacidade de elaborar sínteses e análises, cognições simples do raciocínio lógico e abstrato e, por conseguinte, vão comprometendo inclusive a busca de melhoria da qualidade de vida. Mergulhados no mundo da força de trabalho braçal, regida pela quantidade máxima de horas, perdem também os laços afetivos e parâmetros morais, dificultando um planejamento de vida saudável e digna.

Mas há aqueles brasileiros que, por terem abandonado muito cedo a escola no Brasil, hoje estão repensando seu futuro e, uma vez tendo chances e condições legais de ingressar em alguma instituição de nível superior nos Estados Unidos da América, ou de tentar uma profissão em nível técnico, gostariam de refazer seus estudos básicos. Por questão de idade, já não poderiam mais cursar o 2º grau do ensino americano. Portanto, concluir o 1º ou o 2º grau no modelo de ensino brasileiro torna-se hoje primordial para a vida dessas pessoas. Muitas famílias que saíram do Brasil com os filhos ainda pequenos e hoje estão estabelecendo planos de retorno também gostariam de estar envolvidos com o ensino brasileiro de alguma forma, para, quando chegarem ao país de origem, terem as mesmas oportunidades e condições de ingressar na universidade e de competir no mercado brasileiro com alguma qualificação.

Sr. Governador, pensando nesses termos e por sermos constantemente procurados por inúmeras famílias que se preocupam com essa questão da educação, surgiu a aspiração de se ter um curso supletivo nos mesmos moldes do realizado no Brasil. Há mais de três anos, a comunidade brasileira, representada por seus líderes comunitários, vem fazendo esse apelo junto aos dirigentes da grande Boston.

Assim, para alcançar tal objetivo, quatro instituições brasileiras associaram-se, sendo duas de educação e duas voltadas para a tecnologia da comunicação: o Language Center Inc., que é uma escola de línguas com sede em Malborough - MA -, ficando responsável pelos alunos e salas de aula nos Estados Unidos para atender aos brasileiros dessa região da grande Boston e, por outro lado, o Colégio Integral, situado em Governador Valadares, sendo responsável por ministrar as aulas e respectivos conteúdos didáticos. Isso funcionaria com o ensino a distância, por meio do uso de videoconferência, que seria operado por duas companhias brasileiras: a Ibituruna Internacional Communications Inc., com escritório em Framingham - MA -, e a Standard Code Communications Inc., com sede em Revere - MA.

No entanto, para que possamos concretizar tal projeto e iniciarmos os cursos preparatórios, vimos solicitar a V. Exa. que, quando da realização das provas simultaneamente em todo o Estado de Minas Gerais para o ensino supletivo, seja assegurada também a presença, nos Estados Unidos, de um ou mais funcionários da Secretaria de Educação do Estado, para aplicar as provas aos nossos alunos e garantir a lisura do processo.

Finalmente, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa. nossos votos de estima e consideração, reiterando nossa disposição de ajudar a comunidade brasileira a conquistar os mesmos direitos de outros imigrantes deste País, na verdadeira conquista de espaços democráticos de cidadania, na luta contra o analfabetismo e evasão escolar. Assim, estaremos todos imbuídos pelo mesmo espírito de valorização da nossa cultura brasileira e trabalhando sem fronteiras.

Atenciosamente, Language Center Inc. - Sede em Marlborough, MA; Colégio Integral - sede em Governador Valadares; Ibituruna International Communications Inc. - sede em Framingham, MA, StandardCode Inc. - sede em Revere, MA".

Achamos, mais do que justa essa reivindicação. Já é tempo desta Assembléia, deste Estado e do Brasil se preocuparem mais com os brasileiros que estão nos Estados Unidos. Verdadeiros heróis, repito, censurados, na maioria das vezes, porque a emigração não é permitida para o

brasileiro que vai para os Estados Unidos trabalhar. Só que nós, brasileiros, precisamos ficar aqui, numa estrutura permanente de defesa desses brasileiros, porque a remessa de dólares que fazem para o Brasil é muito além daquilo que imaginamos. Só para Governador Valadares são remetidos, mensalmente, cerca de US\$6.000.000,00. Se falarmos em todos os municípios em torno de Governador Valadares e na região Leste, serão mais de US\$20.000.000,00 mensais. Estão gerando emprego, desenvolvimento, garantindo melhor qualidade de vida para suas famílias, o que não aconteceria com suas presenças aqui.

No entanto, em boa parte da imprensa brasileira, o que se vê é censura permanente a esses brasileiros, dizendo que são clandestinos, que não estão lá legalmente. Mas há no direito uma figura chamada estado de necessidade, que é contemplada no Código Penal Brasileiro. E esses brasileiros estão em verdadeiro estado de necessidade, garantindo o seu direito e o de suas famílias, além do emprego para inúmeras outras famílias. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, o Presidente Luíz Inácio Lula da Silva está em Belo Horizonte, com sua comitiva de Ministros. Vários Deputados do PT estiveram, há pouco, na base aérea recepcionando o Presidente. E lá estava o Governador do Estado, Aécio Neves. Só que há algumas coisas que o Lula não sabe que encontrará em Minas Gerais.

E uma dessas coisas que o companheiro Lula não sabe vou dizer da tribuna, aproveitando que ele está em solo mineiro até às 16 horas, e pode haver eco; pode ser que este clamor chegue até o Presidente. E ele verá que aquele que trata de irmão faz coisas que não são muito fraternas.

A imprensa mineira está tutelada, vigiada, censurada pelo Governo do Estado. Rui Barbosa dizia que a imprensa livre é o pulmão da democracia. E hoje o Palácio diz o que vai sair ou o que pode sair nos órgãos de imprensa.

A questão é tão grave que o Jornal "Pauta", publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em seu número 141, junho de 2003, expressa assim num triste e melancólico editorial: Essa Minas Gerais, terra da liberdade, que Tancredo Neves, o avô, dizia que era o novo nome de Minas, hoje está de luto.

Assim se expressa o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Sr. Aloizio Soares Lopes: "É preocupante o número de reclamações que o Sindicato dos Jornalistas tem recebido em relação à cobertura da mídia mineira, sobre assuntos que envolvem o Governo do Estado. Da parte dos servidores estaduais, a reclamação vai da omissão à distorção de fato. Segundo as entidades representativas do funcionalismo, a maioria dos veículos manda repórteres para cobertura de suas atividades, mas o que sai publicado é bem diferente do que acontece de fato, sugerindo que as alterações acontecem no momento da edição. Essa situação tem deixado os repórteres numa situação no mínimo constrangedora. Nota-se nas redações um clima de constrangimento também de alguns editores e chefes, pressionados a seguir ordens vindas 'de cima'."

Alguns jornalistas dizem que qualquer hora vão fazer cobertura desta Casa e dos movimentos sociais com um crachá da SECOM, Secretaria Estadual de Comunicação Social. Isso que o Diretor do Sindicato registra que está gerando constrangimento em alguns chefes é a pura verdade.

Na assembleia dos policiais do dia 11 de junho, havia 1500 pessoas. As fotos mostram com clareza que o aglomerado era expressivo. Por um passe de mágica, todos os órgãos de imprensa, que não coincidem quando tratam de presença em atos públicos, afirmaram que havia 300 policiais. Talvez, mostrando para os policiais militares e bombeiros do interior de Minas que o ato tinha sido inexpressivo. Então, se liberdade é o novo nome de Minas, hoje está de luto.

E diz mais o Jornal do Sindicato: "Os fatos são gravíssimos e revoltam não só os jornalistas, como prejudicam a sociedade. A frase de um empresário do ramo "aqui vendemos notícias, não idéias" não prevalece na mídia mineira? Jornais, rádios e TVs não podem usar da crise financeira por que passam para negociar sua linha editorial. Além de serem um negócio, as empresas de comunicação lidam com um bem essencial à sociedade, que é a informação.

A Comissão de Ética e Liberdade de Imprensa do Sindicato está coletando denúncias para, se for o caso, questionar as empresas. Comprovada a volta da censura às redações mineiras, há que se punir em os corruptos e os corruptores. Quem se omitir frente a essa situação pode ser confundido com um deles."

Tancredo Neves, o avô, quando foi Presidente do Conselho de Ministros, assinou o Decreto nº 1.177, de 12/6/62, que regulamentou a função de jornalista e estabeleceu os princípios éticos. A atividade de jornalismo é, antes de tudo, pública, porque tem responsabilidade para com a verdade, bem maior de qualquer povo e nação.

Relatarei outro fato. Aqui deveria estar estendida uma bandeira preta, de luto, porque ontem foi demitido da Rede Globo o editor João Marcos do Nascimento, a pedido de alta servidora do Governo - muito familiar ao Governador - que, na semana passada, no Rio de Janeiro, pediu a demissão. Foi demitido porque a Globo estaria publicando notícias que não interessavam ao Governo do Estado.

Srs. Deputados, contra este Poder qualquer matéria tem grande estardalhaço. Mas é bom que o tenha. Temos de ser transparentes. Não podemos temer a notícia e muito menos a verdade dos fatos, mesmo que algumas abordagens sejam injustas. Como dizia Voltaire, posso discordar de tudo que dizes, mas defenderei até a morte o direito. A liberdade de informação é um princípio fundamental.

Hoje, um jornalista editor da maior rede de TV deste País, com 70% de audiência, é calado, demitido, a pedido do Palácio, que, outrora, era Liberdade. Não podemos ficar calados diante disso. Será que muitas notícias dirigidas contra este Poder interessam a alguns ocupantes do Palácio da Liberdade, a fim de nos enfraquecer? É um verdadeiro absurdo.

Se notarem, poucas coberturas de mobilizações de servidores têm espaço, com fotos, na imprensa. No máximo, uma notinha. O Sind-UTE mobilizou três ou quatro mil pessoas, mas a notícia não saiu em muitos órgãos de imprensa. Em outros, apenas uma nota de rodapé. Hoje, diante das dificuldades financeiras, a imprensa de Minas está tutelada. É lamentável que sejam publicadas as matérias de interesse do Palácio da Liberdade, porque a imagem negativa do Estado é grande. Por meio de conversas com jornalistas que fazem coberturas nacionais, ficamos sabendo que isso não acontece em nenhum Estado da Federação. Nem mesmo o Governo Federal, que tem a parcela maior de controle da imprensa, sofre esse tipo de crítica. Temos a impressão de que Minas é um cantão suíço, uma ilha de prosperidade. No entanto, quando o servidor se mobiliza para reivindicar aumento, dizem que existe crise. Mas quando estão fazendo ricas e caras propagandas nos órgãos de imprensa, os recursos aparecem.

Seria interessante que esta Casa investigasse a verba de publicidade da COMIG, que tem dinheiro; verificasse os contratos de publicidade da CEMIG, que tem recursos; investigasse também os contratos de publicidade da COPASA, que tem recursos. Aí, entenderíamos por que estão fazendo silêncio nesta terra onde inconfidentes proclamaram o valor maior do homem: a liberdade - maior tributo que o homem pode carregar.

Deixo aqui essa denúncia, para uma reflexão, a fim de que possamos, mesmo próximo ao recesso, pensar no mal que isso faz ao Estado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Consideramos a denúncia extremamente grave. Em razão disso, conversei com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e decidimos solicitar aos outros Deputados que nos apoiem na apresentação de requerimento, para que a Mesa da Assembléia oficie a esses órgãos de imprensa, Rede Globo de Televisão e os demais mencionados por V. Exa., para que respondam sobre a veracidade dessas denúncias. Elas são muito sérias e precisam ser comprovadas. A nosso ver, não podem se basear em informações sem a devida confirmação. Se comprovadas, estaremos junto com V. Exa. nessa censura. V. Exa. pode estar certo disso. A imprensa não pode ser tratada dessa maneira. Queremos defender a liberdade de imprensa, mas, como há denúncias dessa natureza, é fundamental que esta Casa tome providências, até mesmo oficiando também à COMIG e aos outros órgãos que prestem esclarecimentos. Tudo deve ficar transparente. Obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Concordo plenamente. Não esperava outra postura de V. Exa., mas sugiro que, a esse requerimento, sejam anexadas as notas taquigráficas dessa minha intervenção. Quero que este pronunciamento tenha essa consequência que V. Exa. falou. Então, liberadas as notas taquigráficas, originalmente, sem nenhuma modificação, sem tirar vírgulas ou pontos, que sejam anexadas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Em que pese ao respeito que tenho por V. Exa, ratifico o posicionamento do Deputado Bonifácio Mourão. Apresentaremos o requerimento conjuntamente. Sabemos da postura de V. Exa. ao defender com bravura, de forma séria e transparente, os legítimos interesses do povo mineiro, mas, diante da gravidade desse assunto, manifestamos nossa intenção de levar os fatos ao conhecimento desta Casa. Obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Gostaria de fazer uma consulta, Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise: se apresentarmos o requerimento agora, teria condições de ele ser aprovado hoje?

O Sr. Presidente - Nobre Deputado Durval Ângelo, V. Exa. tem todo o direito de apresentar requerimento no momento que julgar oportuno.

O Deputado Durval Ângelo - E seria aprovado ainda hoje?

O Sr. Presidente - Se o Regimento Interno permitir que seja incluído na pauta, sim.

O Deputado Durval Ângelo - O requerimento pode ser incluído na pauta com aceitação da Presidência.

O Deputado Durval Ângelo - Encerrando, gostaria de dizer que muito me dói fazer um pronunciamento como este, mas não podemos nos calar. A situação está ficando insustentável. Neste momento, os casos são ligados aos servidores públicos e aos policiais militares. Com toda a certeza, quem cala consente. É o velho poema dedicado a Maiakovsky: "Depois de colher flores, de pisar no jardim, matar o cão, roubar a nossa lua, acabam roubando a nossa voz presa na garganta". Não podemos permitir que isso aconteça numa terra cujo nome, como dizia Neves - o avô -, é liberdade. Obrigado.

O Deputado Zé Maia* - Senhoras e senhores, nossa presença nesta tribuna deve-se a fatos publicados no jornal "Estado de Minas" de domingo, cuja manchete diz "Vida de Sem-Terra Vale R\$500,00 no Pontal do Triângulo Mineiro". Entretanto o Deputado Durval Ângelo coloca-nos uma discussão mais importante, e o que disse na tribuna é acusação grave, impropriedade. Os Governos do Brasil têm recursos obrigatórios para divulgação de seu trabalho, e o Governo Federal os tem em volume maior, utilizando-os nesse sentido. A imprensa exerce papel fundamental na sociedade, é o quarto Poder. Nesse aspecto, deve ter maiores responsabilidades, não só liberdade e direitos. A imprensa mineira tem sido negligente, omissa e imprudente, pois nos cinco meses em que estamos nesta Casa tem feito ataques à Assembléia e aos Deputados. Quando divulga o salário dos Deputados, é imprudente ao agregar ao salário a verba indenizatória para despesa de atividade parlamentar. A imprensa está cansada de saber a diferença entre salário e verba indenizatória. Cabe aos Deputados que se sentirem ofendidos mover ação de reparação de danos, amparada no Código de Processo Civil Brasileiro. Nenhum órgão de imprensa suportaria 77 ações de reparação de danos. A cada edição de jornal há um ataque aos Deputados. A imprensa divulga, por exemplo, que o Deputado ganha R\$15.600,00 por mês, mas, quando diz que os funcionários da Assembléia ganham muito, coloca que os Deputados ganham pouco. Oferece uma informação mais ou menos correta, omitindo que 1/3 desses R\$15.600,00 é para pagamento de IR, IPLEMG, INSS. Não coloca o valor líquido para a população.

É tão grave o que a imprensa, o quarto Poder, faz que nossas esposas e os maridos das Deputadas devem acreditar que custeamos outros lares, porque com tanto dinheiro ainda reclamamos de dificuldades. Os nossos filhos devem imaginar que somos pais e mães muquiranas e carrascos, por levarmos tantas dificuldades para casa.

O Deputado Durval Ângelo fala da liberdade da imprensa. Diria da liberdade e da responsabilidade. Queremos que a imprensa respeite o parlamento, com liberdade, mas que essa liberdade seja utilizada a favor da verdade. A Assembléia Legislativa e os Deputados não esconderão da imprensa o valor do salário, da verba indenizatória e das reuniões extraordinárias, porque chegamos aqui às 9 e saímos às 23 horas durante a semana. Nos finais de semana, estamos nas bases eleitorais discutindo os problemas da região e do Estado. A imprensa não traz essa verdade à tona.

Portanto, concordo com o Deputado Durval Ângelo, a imprensa tem de ser livre, mas tem de ser honesta e responsável. Falo desta tribuna e não me calarei nunca. Não me acovardarei nesta Casa. Se isso acontecer, voltarei para casa e cuidarei da minha família. É mais fácil.

A imprensa tem estimulado atos contra os parlamentares, como o que houve aqui, quando cercaram esta Assembléia, estimulados pela irresponsabilidade de alguns segmentos da imprensa - não quero generalizar. Se as pessoas são estimuladas pela imprensa, estão com a conta estourada no Banco e pensam em xingar alguém, escolhem os Deputados. Virou praxe no Estado, por qualquer problema, atacar os Deputados, evidentemente com o estímulo da irresponsabilidade.

Falo com a coragem de quem coloca à disposição da imprensa a declaração do IR e o sigilo bancário e telefônico. Todos que se viraram contra a imprensa neste País foram atacados, mas não ficarei com medo de perseguição. Já cansei de apanhar. Quero que a imprensa faça a cobertura do nosso trabalho com honestidade, imparcialidade e correção, pois sempre lhe dedicamos respeito.

Tenho certeza de que as acusações do Deputado Durval Ângelo são impropriedades. Jamais o Governador Aécio Neves utilizaria do seu poder para pautar os editoriais e as matérias que os órgãos veiculam. Não tenho procuração para defendê-lo, mas faço isso por causa do seu passado, do seu currículo, da sua história e do seu trabalho no parlamento brasileiro, sempre colaborando para elevar o nível da política.

Portanto, jamais concordarei que alguém apresente o Governador como culpado de pautar a imprensa no Estado. Se pautasse a imprensa, essa jamais seria injusta e irresponsável com o parlamento, e não teríamos sofrido tantos ataques injustos, desonestos. Não há quem defenda o parlamento mais que o Governador Aécio Neves.

Se um vizinho pedir cadeira de rodas e dissermos que temos dificuldades de arrumá-la, não acreditará, pois ouve que ganhamos R\$40.000,00 ou R\$50.000,00. Se nos pedem um patrocínio para show e dizemos não, somos crucificados e chamados de marajás, logicamente estimulados pela irresponsabilidade da imprensa.

A provocação do Deputado Durval Ângelo de chamarmos a imprensa à responsabilidade é boa. Como poder, deve-nos responsabilidade, liberdade e respeito, que o parlamento dedica aos outros Poderes. A imprensa, talvez o mais forte, tem de ser o poder mais responsável e honesto; teria de esclarecer à opinião pública a remuneração e o trabalho do parlamentar. Aqui chegamos ontem antes das 9 horas, saímos às 23 e viremos amanhã e nos finais de semana. Quantos estão trabalhando e percorrendo o Estado nos finais de semana? É fundamental a liberdade de imprensa. O Governador Aécio Neves, parlamentar há 16 anos e ex-Presidente da Câmara Federal, quer que a imprensa seja livre e utiliza o escasso tempo para melhorar a vida do povo mineiro, e não para pautar os jornais. O Governo e o parlamento não podem ser acusados de irresponsáveis.

Tenho outro assunto a tratar. Em manchete, o "Estado de Minas" publicou que a vida dos sem-terra vale R\$500,00 no Pontal do Triângulo. Embora valha pouco, é preservada porque tanto proprietários rurais, fazendeiros quanto acampados são sérios, honrados e humildes; fazem do trabalho profissão de fé. O povoado atribui a culpa do conflito agrário ao INCRA, cujo Presidente foi atacado nessa cidade. Dizem que retaliou o Pontal do Triângulo, levando conflito para lá. Chegam pessoas do Brasil, fazendo baderna e confusão, e, no boletim de ocorrência, consta o nome de pessoas de diversas cidades. O Governo Federal assentou 3 mil famílias nesses 6 meses, enquanto o do PSDB, 60 mil; no ano passado, houve 8 mortes ocorridas em conflitos agrários. Neste ano, apenas em 6 meses, 9. É o momento de o Governo Federal descer do palanque e cumprir seus compromissos, um deles com a reforma agrária. Lula declarou que uma criança nasce em 9 meses e que está na Presidência apenas há 6, o que muito me assustou. Qual a relação entre a comparação? O Brasil não pode esperar 9 meses para tomar medidas necessárias ao fortalecimento e desenvolvimento da economia.

Nos 6 meses de Governo do Presidente Lula, há apenas 1,6 da execução orçamentária executada. Isso faz com que o País esteja em deflação, as arrecadações em queda e a economia paralisada. O Governo está parado. Portanto, é hora de descermos do palanque e, na prática, apresentarmos o que pregamos na campanha política.

Pela manhã, o PSDB e o Deputado Chico Simões ocuparam nesta tribuna. Disseram sobre a herança que o PSDB, ou seja, o Fernando Henrique deixou para o PT. Pode-se dizer que não foi tão boa, mas é a melhor que um Presidente da República recebeu na história contemporânea do Brasil. Nos quatro anos de seu Governo, a reforma agrária assentou 300 mil famílias. Esperamos que o PT, o Governo do trabalhador que a pregou, possa, pelo menos, assentar a metade disso.

Portanto, registro isso e chamo a imprensa à responsabilidade, à liberdade e à honestidade, com respeito, porque é assim que devemos tratar-nos. Reverenciamos não só os Poderes da República, mas também a imprensa como o quarto poder. Ao longo da nossa história, ela tem prestado grande serviço ao Brasil. Porém, é importante que dê a sua contribuição ao processo de modernização de democratização do País. Não pode haver a ditadura da imprensa, porque seria a pior delas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, cumprimento os oradores que me antecederam, especialmente os Deputados Durval Angelo e Zé Maia, que veio à tribuna e equilibrou as posições. Foi lúcida a sua intervenção. Realmente devemos buscar sempre o equilíbrio e a reflexão, o que, aliás, cobrei há poucos dias. O Deputado Durval Ângelo ocupou a tribuna para falar sobre a liberdade de imprensa. Concordamos e desejamos que ela seja verdadeira, porque somente assim esclareceremos fatos para a população.

Entendo que o Deputado Zé Maia possa ter algum tipo de divergência sobre minhas idéias e opiniões. Ele é um parlamentar competente, que sabe pronunciar o que pensa, a sua opinião. Certamente abrilhantará muito este parlamento.

Deputado, na legislatura passada, fui o primeiro com coragem de dizer que não agüentávamos mais sermos atropelados e achincalhados pela imprensa. Porém, o pedido de V. Exa não será atendido. Em momento algum a imprensa passará para a população que V. Exa. não ganha os valores apresentados. Algumas pessoas dizem que ganhamos ora R\$33.000,00, ora R\$40.000,00. No entanto, não dizem que os Deputados têm direito a subsídio fixo, variável de R\$9.540,00, e auxílio-moradia de R\$2.250,00, totalizando R\$11.790,00, e somente isso. Deixo claro que V. Exa. não encontrará jornalista nenhum para pautar dessa forma essa matéria, porque não há interesse.

Cumprimento V. Exa. pela coragem de aqui se manifestar.

Por outro lado, disse ao Deputado Durval Ângelo que não saísse do Plenário, porque falaria desta tribuna sobre a maneira como se posicionou ontem na Alterosa sobre matéria que tratava de uma quadrilha de PMs do 22º Batalhão. Queremos deixar claro mais uma vez, para que não haja entendimento dúbio, que não queremos que haja, no 22º Batalhão, quatro, cinco, dez ou mais policiais envolvidos no tráfico de armas. Na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, se necessário for, investigaremos a fundo para que os maus PMs sejam extirpados. É temeroso chegar à TV Alterosa e dizer que o 22º Batalhão foi criado como castigo porque isso não é verdade. Disse que lá existem muitos policiais com problemas psiquiátricos e disciplinares, o que também não é verdade. O 22º BPM, sediado na Barragem Santa Lúcia, região Centro-Sul da Capital mineira, possui 821 PMs. Seu Comandante, Ten.-Cel. Josué, é um excelente profissional, faz um grande trabalho de humanização e valorização do servidor, para resgatar a auto-estima e a vontade de trabalhar e de exercer a função policial. Essa matéria veiculada na TV Alterosa caiu como uma bomba na cabeça dos companheiros do 22º Batalhão, do soldado ao Ten.-Cel. Dos cinco policiais apontados na entrevista da TV Alterosa, dois já haviam sido expulsos da corporação, portanto já não eram policiais. A partir do momento em que essa denúncia chegou formalmente à PMMG, as providências começaram a ser tomadas pela Corregedoria. Temos o dever de cobrar que essas denúncias sejam investigadas a fundo. Se maus policiais lá existirem, fazendo tráfico de armas, que sejam extirpados o mais rápido possível, como aconteceu com as denúncias do hipercentro, onde a Corregedoria efetuou a prisão, por meio de determinação judicial, de dez policiais civis e quatro policiais militares. Portanto, há disposição das duas corporações para efetuar a prisão daqueles que querem enlamear as instituições policiais.

Ao abordar o Deputado Durval Ângelo, disse-me que teria preparado uma nova nota, desfazendo o mal entendido. Mas não poderia deixar de ocupar esta tribuna para dizer que o 22º Batalhão possui integrantes que vêm desenvolvendo trabalhos mercedores de elogios, que infelizmente não são noticiados. Citaremos quais são: Projeto "Bom de Bola, Bom na Escola", que conta aproximadamente 400 crianças dos Morros das Pedras e Papagaio, Projeto "Morro das Pedras Sem Fome", que, por meio de convênio com restaurantes, distribui alimentos para mais de 400 moradores do Cafezal e do Papagaio, sendo que para muitos é a única refeição do dia. Por esse projeto, o Ten. Cláudio ganhou o Prêmio Eficiência Policial, reconhecimento da sociedade por meio da FEDERAMINAS para aqueles que desenvolvem e se destacam no trabalho preventivo, reduzindo os índices de criminalidade junto à comunidade. O Projeto "Fique Vivo", de controle de homicídios no Morro das Pedras. Por intermédio desse projeto, a incidência criminal na região foi reduzida em mais de 50%. Além disso, destacamos a criação de um grupo especializado em policiamento em área de risco, que atua no Morro do Papagaio, Morro das Pedras e Cafezal. Os grupos táticos e de cada Companhia, em torno de 60 PMs, atuam fazendo trabalhos exclusivos de polícia comunitária. Ressaltamos ainda que o Batalhão é o pioneiro da polícia comunitária da PM. Aproximadamente 65% de todos os policiais já participaram de cursos de multiplicadores de direitos humanos e de polícia comunitária.

O Deputado Sargento Rodrigues (- Lê:) - "No 22º Batalhão existe uma escola de soldados - alunos com 18 militares, sendo que, desses, oito possuem ou estão fazendo curso superior. Os melhores índices operacionais do Comando de Policiamento da Capital têm sido apresentados pelo 22º Batalhão, onde se procura contato constante com a comunidade.

Em virtude de projeto do Batalhão Polícia de Resultados no Taquaril, a PM conquistou o primeiro lugar no Concurso Motorola de Polícia Comunitária, em nível nacional, que envolve todas as Polícias Militares e Bombeiros do Brasil. No concurso de Polícia Comunitária em Belo Horizonte, o 22º Batalhão ganhou o 1º e o 2º lugar geral em virtude do trabalho que vem sendo apresentado".

Naquele Batalhão, se houver desvio de conduta, será devidamente apurado. Tenho certeza de que o Deputado Durval Ângelo, ao emitir nota pela assessoria de imprensa do seu Gabinete, a enviará também ao Comando da PM.

Vou mais além. O Deputado Durval Ângelo, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, tem que estar preocupado para que não cometamos erro grave contra os direitos humanos daqueles que estão nas ruas combatendo o crime, defendendo a nossa vida e de nossas famílias.

A Comissão de Direitos Humanos da Casa precisa ter o devido zelo ao apontar as falhas dos maus policiais, e fazer reflexões para não cometer erro ou deslize, como os que foram cometidos naquela matéria. Espero que o Deputado Durval Ângelo possa retratar-se publicamente, porque, infelizmente, pela nota, ficou parecendo que no 22º Batalhão só havia policiais com problemas psiquiátricos e disciplinares.

Isso não é verdade. Os resultados estão aí para mostrar que além do serviço operacional, para o qual estão sendo destacados na Capital, composto por vários batalhões, estão prestando assistência social, fazendo um trabalho mais humanizado.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, cumprimento V. Exa. Com sua presença neste parlamento, a PM ganhou muita dignidade. Só para citar uma ação parlamentar sua, nesta Casa, lembro que, antes, com muita facilidade um militar era transferido de sua cidade de origem. Hoje, esse processo é muito mais rígido. Essa é uma das conquistas de V. Exa., neste parlamento. É importante, a cada dia, trazer discussões e fazer a defesa da sociedade mineira. V. Exa. tem se portado como verdadeiro defensor da PM e de outros grandes interesses da população.

Cumprimento V. Exa. e agradeço as palavras que me dirigiu, para dizer que estamos juntos no parlamento, em defesa do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao companheiro Zé Maia. Quanto ao assunto elencado por V. Exa., sabemos perfeitamente que a estrada é longa. Mas felizmente estaremos aqui, nesta tribuna, de forma vigilante, para que as pessoas, numa atitude menor, mesquinha e politqueira não venham fazer a transferência de muitos pais de família, que já estão com seus filhos nas escolas. Os policiais militares e civis sofriam muito com essa ação danosa, com a intervenção de pessoas que não fazem da política uma arte de defender o interesse coletivo.

Infelizmente, pessoas existem, mas estaremos sempre vigilantes. Na legislatura passada, cheguei a ocupar esta tribuna para denunciar cerca de 20 Prefeitos, que em ação de interferência direta, não aceitavam que os PMs exercessem o poder de polícia fiscalizando veículos, efetuando "blitz" ou prendendo cabo eleitoral mais próximo do Prefeito, e pediam a transferência ao Governador. Esse é um dos assuntos que já me trouxeram a essa tribuna várias vezes na legislatura passada, e continuaremos a combater essa prática.

Recentemente, houve um caso em um município do Sul de Minas - cuja denominação evitarei citar -, que estamos tentando solucionar, de forma pacífica, com o Comando da Polícia Militar. Caso não haja solução, virei a esta tribuna dizer o nome do Prefeito, seu partido e também o nome do Deputado que tem procurado para auxiliá-lo nessa empreitada. Infelizmente, é nojento saber que um pai de família está sendo transferido por interesse mesquinho por parte de, às vezes, pessoas que detêm mandato e não fazem o melhor para o coletivo.

Enquanto transcorriam esses fatos, não só o 22º Batalhão da PM, mas toda a Corporação, em Montes Claros, apreendia 106kg de maconha. Devemos, portanto, parabenizar os companheiros. Também, na Região Metropolitana de Sabará, a PM dava mais outro grande exemplo, ao prender três assaltantes de Banco, que, em quadrilha, infernizaram a região e suas adjacências. Houve, então, resposta imediata dos bons policiais, daqueles comprometidos, com os quais nós, Deputados, temos de ter o zelo para não generalizarmos, para o desânimo não abater sobre todos. Quando generalizamos, da forma como foi posta a matéria na TV Alterosa, todos os policiais do 22º Batalhão ficaram sentidos, certamente. Tenho a certeza de que a mensagem do Deputado Durval Ângelo, ao se retratar perante o Comando da PM, chegará aos companheiros do 22º Batalhão. Quem sabe, então, terão mais ânimo para continuar defendendo a sociedade e combatendo o crime, mesmo com o sacrifício de suas próprias vidas, como têm feito, pois, este ano, já perdemos 17 policiais? Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas - temos quatro Deputadas presentes, o que nos honra sobremaneira -, senhoras e senhores, ocupo a tribuna nesta tarde para registrar fato extremamente importante para Belo Horizonte e Minas Gerais, como um todo.

A Obra Social Mário Pena completou, no último dia 28 de junho, 32 anos de fecunda existência. O fato merece ser celebrado com euforia em todos os segmentos da comunidade.

O Mário Pena é marca forte na simpatia e no apreço de todos nós. E coisa legitimamente nossa. Não há quem não se sinta irresistivelmente vinculado à causa social que esposa. E isso, desde os seus começos. Foram começos heróicos, plenos de dificuldades.

Na Avenida Churchill, em Santa Efigênia, nas cercanias da Câmara Municipal, onde hoje se erguem as modernas edificações do Hospital Mário Pena, existia um abrigo - se é que pudesse ser assim chamado -, para recolher doentes cancerosos. Suas condições eram deploráveis. Os enfermos eram jogados no lugar para não morrerem na rua. Um grupo de pessoas de boa-vontade, movidas pelo sentimento da fraternidade cristã, resolveu tomar a si a tarefa de introduzir no local assistência mínima, capaz de agregar um pouco de dignidade humana ao trabalho ali desenvolvido.

Entre os valorosos obreiros da dignificante causa, encontrava-se o companheiro de lutas, hoje parlamentar brilhante, Deputado Osmânio Pereira de Oliveira; o médico cancerologista de saudosa memória, João Baptista de Resende Alves, que já foi homenageado nesta Casa e que trocou o consultório e a cátedra pela ação praticamente não remunerada em favor dos enfermos desamparados; o cidadão Geraldo Alves Ferreira, de formação bancária; e a dona de casa, também de saudosa memória, Célia Janotti, mulher de espírito forte, que encontrou, mesmo na adversidade de sua doença incurável, energia suficiente para dedicar o resto de seu tempo de vida aos irmãos desamparados.

É preciso registrar que Célia Janotti, mesmo sentindo dores profundas, em decorrência de sua doença, quando tinha duas cápsulas para aliviá-las, usava apenas uma, para doar a outra a um de seus irmãos. Quando tinha cinco, doava três. Dividia o mínimo que possuía, para minimizar a dor do outro.

Esse grupo indômito, consciente do sentido social da missão assumida, movimentou campanhas memoráveis. Atraíu colaboradores. Chamou a atenção de todos para os problemas do abrigo. Partiu, decidido, para uma luta áspera, rica em emoções gratificantes, em favor da transformação do abrigo em ambulatório e, depois, já com o concurso de outros idealistas, em hospital.

A trajetória percorrida, nestes 32 anos, é de uma beleza sem par no plano da solidariedade social. Com a compreensão e a ajuda popular, que nunca faltaram, a obra social Mário Pena ostenta hoje números simplesmente espantosos: três hospitais, duas casas de apoio, dezenas de núcleos de voluntários; centenas de milhares de excluídos sociais atendidos; milhões de procedimentos médico-cirúrgicoambulatoriais. Milhares de pessoas não aquinhoadas pelos bens da fortuna encontram, nos dispositivos assistenciais armados pelo sistema Mário Pena, atendimento condigno, razão poderosa para conservar acesas a fé e a esperança num tratamento que possa libertá-las dos padecimentos físicos.

Os 32 anos de vida do Mário Pena estão sendo festivamente celebrados. Vasta programação, atingindo todos os segmentos da comunidade, foi elaborada com o fito de proclamar o sentido da luta que a instituição leva avante, com sucesso, há tanto tempo.

Inspirada no exemplo de vida de seu patrono, Mário Pena, primeiro radioterapeuta mineiro, a obra social é um símbolo ardente, cheio de vida e energia, do ideal da fraternidade. Celebra a vida o tempo todo. Mostra, com exuberância, em ações práticas do dia-a-dia, que, fora da solidariedade social, não há salvação. É uma lição de humanidade e um exemplo de construção cristã do mundo.

Cumprimentamos efusivamente a todos quantos, no passado e na atualidade, vêm agregando, com dedicação e idealismo, valiosa contribuição para a grandeza da obra. Seus fundadores, administradores e servidores fazem jus ao nosso respeito e apreço.

Envolvemos também, em calorosas felicitações, os voluntários e os generosos doadores, pessoas de todas as categorias sociais que, com colaboração financeira regular, têm possibilitado, no curso dos anos, a colheita farta em resultados sociais apresentada pelo Mário Pena.

Com muita alegria, há cerca de dez anos, faço parte do Conselho Curador, como membro permanente dessa obra. Fui convocado, o que me honrou sobremaneira, para assumir sua Presidência.

Estamos no exercício da Presidência, atuando, agindo e trabalhando por cerca de três meses. No dia 18 deste mês, seremos empossados oficialmente em uma solenidade que fará parte dessa comemoração dos 32 anos dessa obra.

Agregamos os três hospitais, com cerca de 1.100 servidores, 600 médicos e 2 casas: o Lar Célia Janotti e o Lar Januário Carneiro. Brevemente, será transformado em hospital-escola. Já inauguramos o Centro Universitário Mário Pena, em parceria com a UNINCOR do Sul de Minas.

Senhoras e senhoras, honra-me e orgulha-me muito fazer parte desse grupo que, por idealismo, com abnegação e com o sentimento cristão, luta incansavelmente pela vida e para aliviar a dor dos que sofrem.

Convido todos que nos assistem pela TV Assembléia e os nobres pares para fazermos visita oficial às nossas instituições. Visitem o Hospital Mário Pena, que mais uma vez foi duplicado, para verem o atendimento que os pobres recebem nesse local. Sentimos orgulho de ser mineiro ao constatar uma obra dessas nesta Capital. Nesse hospital, os doentes são atendidos com total dignidade, com asseio, com cordialidade e com todo o aparato técnico necessário para o atendimento das suas necessidades e para o alívio das suas dores.

Ao fazer esse registro nos anais desta Casa, esperamos que o Poder Legislativo possa reconhecer, como aconteceu em outras solenidades, o trabalho brilhante dos mineiros. Quem sabe poderá também incentivar e estimular tantos outros projetos, para que se somem ao nosso, a fim de continuarmos ampliando uma obra de tão grande alcance social. Parabéns aos fundadores e aos trabalhadores dessa obra. Muito obrigado a todos que colaboram permanentemente para que essa obra cresça e continue cumprindo a sua missão. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, usando de dispositivo regimental do art. 229, juntamente com o Deputado Bonifácio Mourão e vários pares, entendemos prudente apresentar à Mesa Diretora este requerimento, de grande importância e necessidade.

O Deputado Durval Ângelo, ao iniciar sua manifestação, afirmou, categoricamente, que, graças ao Governo Aécio Neves, no dia de ontem, foi substituído o Diretor da Rede Globo Minas, unicamente em decorrência de seu pedido.

Tal denúncia é extremamente grave. A uma, porque conhecemos o perfil, a idoneidade moral, o comportamento do Governador, o comprometimento que tem com os mineiros e o que tem feito em busca de dias melhores para o nosso Estado. Basta dizer do seu estudo, encaminhando a esta Casa as reformas administrativas, as quais temos, no decorrer desses dias, debatido, implementando assim a máquina administrativa, juntamente com os servidores, de forma respeitável e ágil. A duas, em decorrência de citar a própria Rede Globo Minas, que teria atendido à solicitação do Governador e demitido o seu Diretor Comercial de Minas Gerais.

Esta Casa não pode permitir que acusações como essas sejam feitas no Plenário, sem ao menos um comprovante legal, sem apurar a veracidade dos fatos trazidos. Peço aos Deputados que acompanhem a votação deste requerimento, o qual, juntamente com as notas taquigráficas, a Assembléia Legislativa encaminhará à Rede Globo, para que a mesma esclareça este parlamento e principalmente o autor das denúncias, que envolvem indevidamente o nome do Governador Aécio Neves.

Não é recomendável conviver com denúncias infundadas. Este parlamento tem a responsabilidade de apurar essas denúncias, com as quais não podemos concordar. Para isso, nada melhor que, com a aprovação, o esclarecimento necessário a esta Casa do Legislativo.

Não podemos comungar com a forma como foi assacada a ingerência do Governador Aécio Neves, sua determinação para demissão do controle administrativo da Rede Globo Minas, no dizer do Deputado Durval Ângelo.

Esta Casa merece um esclarecimento. Para isso, com as notas taquigráficas, apuraremos as infundadas afirmativas que foram traduzidas pelo Deputado Durval Ângelo.

Por essas razões, não nos podemos silenciar, tendo em vista o que foi dito a respeito da participação do Governador. Temos certeza de que, por sua honorabilidade e respeitabilidade, jamais houve qualquer participação com a Globo ou com qualquer outra instituição privada. Sabemos da seriedade da condução dos destinos de Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, sou um dos signatários do requerimento que votaremos agora, que encaminharemos pela aprovação.

Quereria dizer da minha preocupação e inquietação. Imagino como os que nos assistem pela TV Assembléia, provavelmente leitores assíduos de todos os periódicos de Minas Gerais, ouvintes das rádios, telespectadores das televisões, tratarão agora as notícias de que tomarão conhecimento.

O Deputado Durval Ângelo coloca sob suspeita toda a imprensa de Minas Gerais. Fico inquieto, preocupado, quase angustiado. Se forem verdadeiras as denúncias de que a imprensa de Minas Gerais é movida a dinheiro, o fato é gravíssimo. A denúncia seria de que o Governo Aécio Neves estaria dizendo o que sai e o que não sai na imprensa de Minas Gerais. Temos de apurar parte da denúncia, que diz que o Governo de Minas está prevendo gastar R\$4.000.000,00 com publicidade durante o ano. A Prefeitura de Belo Horizonte está prevendo gastar R\$16.000.000,00. Se, com R\$4.000.000,00 de publicidade um governo é acusado de pautar a imprensa em Minas Gerais, o que não pensar com R\$16.000.000,00? Imaginem a verba do Governo Federal.

Vemos que o sol está em todo lugar. As obras de Belo Horizonte não estão, mas o sol, sim. Está nos ônibus, nas rádios, nos programas nobres de televisão e nos jornais.

Se a denúncia do Deputado Durval Ângelo tiver consistência e for verdadeira, imaginem R\$16.000.000,00 de publicidade em ano pré-eleitoral! É gravíssimo. Por isso, temos de aprovar o requerimento, e não sei se não deveríamos realizar outras ações. Como viver num Estado democrático com uma imprensa, segundo o Deputado Durval Ângelo, sob suspeita? A sociedade vai informar-se como e confiar em quê?

Segundo tais denúncias - se for verdade o que o Deputado Durval Ângelo disse -, o Governo estaria negociando verbas para que algumas matérias sejam publicadas e outras não. Como devemos agir diante das notícias veiculadas nos periódicos? Isso é grave. Se essa denúncia tiver o mínimo de consistência, o denunciante deve dirigir-se à entidade nacional da imprensa. Como fazer democracia sem imprensa séria, responsável? Como trabalhar com as ações daqueles que desejam ditadura? A primeira atitude é fechar o parlamento, depois, a imprensa. Um povo sem informações é manipulado com muita facilidade. Essa questão precisa ser apurada.

A denúncia trazida pelo Deputado Durval Ângelo foi feita pelo Sindicato dos Jornalistas. Não a li, apenas ouvi o que disse. Mas errou o foco, porque Minas terá dificuldade para encontrar um Governador mais democrata que Aécio Neves, que, na Presidência da Câmara dos Deputados, soube respeitar os direitos da imprensa. Como Governador do Estado, deu inúmeras demonstrações de tolerância e compreensão. Essa acusação poderia ser feita a outros Governadores e Prefeitos - provavelmente ao da Capital -, mas não ao Governador Aécio Neves.

Por isso, não acredito nessa possibilidade. É muito importante que a sociedade tenha formas de controle sobre os veículos de comunicação, cuja importância é fundamental para a democracia. Mas uma acusação como essa precisa ser bem apurada. O Governador não seria capaz de fazer isso. Se demonstra competência no trabalho que realiza, não tem porque a imprensa omitir esse fato, porque é seu dever mostrar a verdade, com responsabilidade e ética.

Encaminho favoravelmente, porque tenho certeza de que essa denúncia é infundada. Como não podemos adivinhar, deve ser apurada, a fim de que a verdade venha à tona. Não acredito que um Governador como Aécio Neves, pelas demonstrações democráticas que nos tem dado, aceitaria qualquer tipo de ação como essa. Esperamos conseguir o mais rápido possível esses esclarecimentos, para que não pairam dúvidas na mente e no coração dos mineiros. Obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, sinto-me na obrigação de fazer uso da palavra porque faço parte da imprensa, trabalho há anos no setor de comunicação e sei das dificuldades que esse setor atravessa, em Minas e no Brasil. Até a maior potência de comunicação do País e da América do Sul enfrenta dificuldades e começa a vender canais, desde que o comprador assine contrato para retransmitir a central no Rio de Janeiro e agora em São Paulo.

Gostaria de não acreditar no que foi dito pelo Deputado Durval Ângelo, embora documentado com papel oficial do setor jornalístico. É bom esclarecer que a imprensa sobrevive de publicidade. Particularmente, não vejo mal na divulgação de patrocínios da COPASA, do DER, da CEMIG e de outros órgãos da forma que a TV Globo faz. Em quase todos os intervalos veiculam a CEF, o BB, a PETROBRAS e o Ministério da Saúde. É a sobrevivência dos que trabalham no meio de comunicação, composto por diretoria e por departamento comercial, que é obrigado a vender patrocínios para manter a empresa em funcionamento. Imprensa é uma empresa.

Não consigo crer na compra de matérias, na possibilidade de pautar aquilo que o jornal deva publicar ou que a televisão deva mostrar. Nesses dias, fui chamado de rebelde por me posicionar a favor de matérias sobre o funcionalismo público estadual, que não é culpado pelos atos de governos anteriores que gastaram mais do que deveriam, ou seja, acima do que arrecadavam.

Tenho a liberdade de chegar aqui e dizer com todas as letras: pelo que conheço de Aécio Neves, não acredito que isso esteja acontecendo. Deputado Federal por quatro vezes seguidas, elegeu-se Governador de um Estado maior do que vários países deste planeta e ainda teve a coragem de enviar a esta Casa reforma polêmica, até mesmo antipática para a maioria do funcionalismo. Mesmo a minha posição sendo a de não prejudicar os servidores, por entender que não têm culpa dos erros de governos passados, sou obrigado a reconhecer que o Governador não tem esse perfil. Jamais poderia admitir que diretor de canal de televisão, de jornal ou de emissora de rádio aceitaria ser pautado por Governo, seja municipal, estadual ou federal. A imprensa tem sua liberdade e os próprios jornalistas, que conheço muito bem, nunca aceitariam trabalhar numa empresa em que suas matérias fossem totalmente modificadas ou jogadas no lixo, porque não poderiam falar mal de fulano ou sicrano. Não acredito que jornalista pratique esse tipo de ato.

Portanto, tenho consciência de que há um movimento para desestabilizar este Governo. Minha posição continua como antes, não voto a favor de matéria que venha ferir o funcionário, mas não posso deixar que tentem desmobilizar um trabalho sério que está sendo feito em Minas. Aécio Neves pegou um Estado na UTI, numa bagunça generalizada, cujo ex-Governador, por quatro anos, freqüentou o Rio, São Paulo e Brasília, mais que Minas. Não quero misturar as coisas. Todos sabem de minha pouca simpatia por Itamar Franco, mas registro minhas palavras como homem da imprensa. Estou aqui eventualmente e, talvez, em três anos, precise retomar a vida na área de comunicação. Não quero acreditar que colegas meus participem de um ato tão baixo nem que o Governador Aécio Neves tenha entrado nesse jogo. Apóio inteiramente esse requerimento. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/7/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Felipe Alfredo do Espírito Santo Saraiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Simone Duarte de Las Casas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Alberto Bejani

exonerando Alvair Edson da Silveira do cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando Angela Cristina Pellegrino Assis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Débora Almeida do Nascimento do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

exonerando Geraldo Aparecido Fernandes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Débora Almeida do Nascimento para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando, a partir de 8/7/2003, Julio Cesar de Azevedo Braga do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo César

nomeando Carlos Mendes de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando Robson Paiva Ribeiro de Sá do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Liberal;

nomeando Sandra Aparecida Pereira Vinhal Muzzi para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Liberal.

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Luiz Henrique Moreira Marinho. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do credenciamento. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Luiz Marinho Núcleo de Cirurgia Oral e Maxilofacial Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2003

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 29/7/2003, às 10h45min, Pregão Eletrônico pela Internet, do tipo "menor preço", destinado à contratação, pelo período de 12 meses, prorrogável na forma da lei, de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, por metro quadrado, a serem executados nas dependências da ALEMG, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.almg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALEMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 8 de julho de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2003

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 22/7/2003, às 10h45min, Pregão Eletrônico pela Internet, do tipo "menor preço global", destinado à aquisição de dois veículos a gasolina, zero km, ano de fabricação 2003.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.almg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALEMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 8 de julho de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.